Caderno 1

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Primeira década de uma história



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Ministra: Marina Silva

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretário Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretor: Marcos Sorrentino
Coordenação Geral de Educação Ambiental
Coordenadora Geral: Thaís Ferraresi Pereira
Coordenadora Geral de Cidadania
Coordenadora: Isis Akemi Marimoto Toshi Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Ministro: Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretária Executiva: Izolda Cela

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Secretária: Zara Figueiredo

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretora: Maria do Socorro Silva
Coordenação Geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade
Coordenadora Geral: Rita Silvana Santana dos Santos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ministro: Waldez Góes

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Diretoria Colegiada
Diretora-Presidente: Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretor: Mauríciso Abijaodi
Diretora: Ana Carolina Argolo
Diretor: Filipe de Mello Sampaio Cunha
Diretor: Nazareno Araújo

Comitê de Editoração:
Coordenador: Joaquim Guedes Correa Gondim Filho
Humberto Cardoso Gonçalves
Luciano Menezes Cardoso da Silva
Secretário Executivo: Nazareno Araújo

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SINGREH E ÀS AGÊNCIAS INFRANACIONAIS DE REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
Superintendente: Humberto Gonçalves
Superintendente adjunta: Renata Rozendo Maranhão

COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO SINGREH E DO SETOR DE SANEAMENTO
Coordenadora: Vivyanne Melo
Coordenadora substituta: Eliana Teles do Carmo

Caderno 1

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Primeira década de uma história



Brasília, DF
MMA | MEC | ANA
2023

© 2023 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima , Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do MEC ou da ANA, ou o ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em https://https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conf_Infantojuvenil_cad6.pdf/; ou https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/

Equipe Técnica
Neusa Helena Rocha Barbosa (MMA)
Patricia Fernandes Barbosa (MMA)
Jane Fátima Fonteneles Fontana (ANA)

Organização dos cadernos
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Textos e Edição
Sumaya Dounis
Simone Portugal
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Revisão
Taiana Brito Nascimento
Neusa Helena Rocha Barbosa
Renata Rozendo Maranhão
Jane Fátima Fonteneles Fontana

Projeto Gráfico
Gaia Diniz

Fotografia
Acervo do MEC e MMA

Colaboradores

Comissões Organizadoras Estaduais, Secretarias Estaduais de Educação, representantes de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, jovens facilitadores, ex-delegados e equipe técnica das quatro edições nacionais da CNIJMA e da edição internacional.

Essa publicação foi realizada em 2017, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental/EEN - sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Essa 2ª edição foi editada, revisada e atualizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica 586RLA2001 – "Cooperação Sul-Sul", firmado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)".

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nestes cadernos são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Unesco, IICA, ANA, MMA e MEC nem comprometem as organizações.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B827 Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
nº1 Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – Primeira Década de uma História – caderno 1 [Recurso eletônico] – Brasília: MMA, 2023.

76 p. ; tab., graf.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88265-51-2

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Educação ambiental. 3. Qualidade Ambiental. 4. Participação comunitária. 5. Cidadania. 6. Conferência (palestra). 7. História. 8. Metodologia. II. Título. III. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

CDU (2.ed.) 502.15

Patrícia da Silva Soares – CRB 1/1567

Siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
CCN - Comitê Consultivo Nacional
CEN – Comissão Executiva Nacional
CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIEA - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
CIJMA – Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CJ - Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente
CNIJMA - Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COE - Comissão Organizadora Estadual
COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
CON - Comissão Organizadora Nacional
CONFINT – Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTE - Centro de Treinamento Educacional
DEA - Departamento de Educação Ambiental
EA - Educação Ambiental
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FPH - Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l' Homme
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OG – Órgão Gestor da PNEA
ONG – Organização Não Governamental
PAR - Plano de Ações Articuladas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REJUMA - Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
RUPEA - Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental
SAIC - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEE - Secretaria de Estado da Educação
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
UF – Unidade Federativa
UnB – Universidade de Brasília
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Tabelas e figuras

TABELA 1 - Etnias Participantes na 4ª Conferência
TABELA 2 – Perfil de Delegado(a)s Eleito(a)s na CNIJMA por Gênero
TABELA 3 - Os investimentos na IV CNIJMA
TABELA 4 – Número de Delegado(a)s em cada Edição Nacional
TABELA 5 – Temáticas Abordadas na Conferência Infantojuvenil
TABELA 6 – Panorama Geral das 5 Edições da Conferência
TABELA 7 – Atividades desempenhadas pelas COE nas e Edições Nacionais
TABELA 8 - Número de Escolas Participantes por UF
TABELA 9 – Escolas Participantes da CNIJMA com Ações Afirmativas
TABELA 10 – Escolas Urbanas e Rurais Participantes da CNIJMA
TABELA 11 – Perfil de Delegado(a)s Eleito(as – Autodeclaração de Cor e Etnia
TABELA 12 – Número de Facilitadore(a)s Participantes por Edição da CNIJMA

FIGURA 1 - Expansão das Conferências Estaduais e/ou Regionais
FIGURA 2 – Diagrama Conceitual da 4ª CNIJMA
FIGURA 3 - O Passo a Passo da Conferência
FIGURA 4 - Autodeclaração quanto a Cor e Etnia

Sumário

Siglas 05

Tabelas e Figura 05

Apresentação 07

Introdução 10

Primeira Conferência 12

Segunda Conferência 16

Terceira Conferência 19

Primeira Conferência Internacional 23

A CPLP na Confint 27

Quarta Conferência 28

Etapas, Temas e Pretexto 35

A Comissão Estadual 39

Cidadania Juvenil 41

Princípios da Conferência 42

Ação Afirmativa: Inclusão e Intercâmbio 45

Educomunicação 49

Acompanhantes 51

Facilitadores 52

Oficineiros e Oficineiras 54

Da História à Metodologia 55

Referências 56

Anexo 59

Apresentação

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o objetivo de mobilizar adolescentes e jovens de todo o país a refletir, discutir e propor ações e projetos no contexto da temática socioambiental, seus desafios e alternativas, para o âmbito da escola, do município, do estado e do país como um todo.

Esta conferência aconteceu pela primeira vez, em 2003, em conjunto com a primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), promovida pelo MMA. Nessa primeira edição, realizada no campus da Universidade de Brasília, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima organizou a CNIJMA em parceria com o MEC; nas demais, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (SECADI) coordenou o processo, sempre em parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Nas cinco edições da CNIJMA realizadas ao longo de quinze anos (2003-2018), participaram mais de 20 milhões de pessoas, entre adolescentes de 11 a 15 anos (como delegado/as), jovens de 16 a 29 anos (como mobilizadores, facilitadores, oficineiros, gestores etc.), professores e adultos das comunidades escolares (acompanhantes e participantes da Conferência na Escola), gestores da educação e do meio ambiente (organização local e nacional). Foram mobilizadas, por edição, em média, 14 mil escolas em todos os estados brasileiros.

Somando-se às conferências nacionais, a Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" (Confint), realizada em 2010, envolveu 62 países, com participação de 47 destes até a Conferência final, realizada no Brasil. Um total de quase 90 mil escolas e mais de 13 milhões de pessoas participaram das discussões sobre as

Mudanças Ambientais Globais, desde as conferências nas escolas.

Esses números expressivos indicam a amplitude, a oportunidade e a necessidade histórica dessa Conferência, que se constitui num chamado à juventude para que compartilhe do enfrentamento aos desafios socioambientais da atualidade, com o fortalecimento dos processos de educação ambiental, da escola, da comunidade de seu entorno e da sociedade.

Outro indicador relevante de sua pertinência foi o surgimento de inúmeras Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), em escolas por todo o país, com vistas à continuidade e permanência da discussão e ação no cotidiano da comunidade escolar. Vale observar também a organização de diversos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente (CJ), com relativa autonomia em relação aos órgãos de governo, bem como da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), que, à época, integrou o Conselho Nacional da Juventude, fortalecendo os processos da Política e da Conferência Nacional da Juventude.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, foi notória a grande participação e o protagonismo de jovens egressos dos processos da CNIJMA, nos diversos eventos realizados.

Por tudo isso, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício do direito à liberdade, previsto no Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". O Artigo 16 deste estatuto especifica que o direito à liberdade compreende os direitos de opinião e expressão, e de participação na vida política.

Esta coletânea é composta por cinco cadernos de avaliação dos primeiros 10 anos da conferência e um caderno sobre a V CNIJMA (2018). Decorridos sete anos da primeira edição, a coletânea ganhou esse novo caderno, sendo também revisada e atualizada em todo o seu conteúdo, graças à parceria com a Agência Nacional de

Águas e Saneamento Básico, que contratou uma consultoria, por meio do Projeto de Cooperação com a UNESCO, bem como o apoio nesta versão impressa da Itaipu Binacional.

Esta segunda edição da coletânea, com seis cadernos, continua avaliando os primeiros 10 anos da conferência, mas também descreve a experiência da V CNIJMA. Esta avaliação foi proposta em 2013 pelo Órgão Gestor da PNEA, em diálogo com instituições parceiras da Conferência, reunidas em sua 4ª edição. O Caderno 1 apresenta um breve histórico com números da primeira década da CNIJMA. O segundo Caderno se dedica a explicar a sua metodologia, em experiência e evolução a cada edição. O Caderno 3 sistematiza resultados de avaliação realizada com os diversos atores envolvidos, o que se soma e interage com "outros olhares", título do quarto Caderno com textos selecionados por edital público, de autoria de lideranças e técnicos locais promotores da Conferência desde a escola até a fase nacional. O Caderno 5 também decorre da pesquisa avaliativa, com contribuições do Órgão Gestor, apresentando propostas e recomendações às edições seguintes. O caderno 6 relata a experiência da V CNIJMA, cujo tema foi o cuidado com as águas, tendo na metodologia e programação aspectos que dialogam com a avaliação dos cadernos anteriores.

Esta publicação procura demonstrar que a Conferência representa, reconhecidamente, para milhões de jovens, um caminho para inserção social e política desse segmento na sociedade brasileira, como um verdadeiro rito de passagem da juventude à cidadania. A sua institucionalização deve ser consolidada e fortalecida como uma política pública de Estado que considera a educação ambiental contribuição relevante à cidadania, por um Brasil mais justo, democrático e sustentável.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação
Órgão Gestor da PNEA

Introdução

Esta é a grande oportunidade de exercermos a arte da política e cultivarmos a cidadania, assumindo nossa parte no governo e praticando a democracia.

(Depoimento de facilitadora CJ – 2ª CNIJMA)

"Não há diálogo (...) se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda".

Paulo Freire

O advento da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, juntamente com a Conferência Nacional de Meio Ambiente (adultos), inaugurada em 2003[1], pode ser visto no contexto de diversos acontecimentos que se reportaram a dois movimentos da história do Brasil, da segunda metade do século XX. Primeiro, o surgimento do movimento ambientalista, que desencadeou a instalação de uma nova política pública no país, instituída em 1981, com a Lei nº 6.938, da Política e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (PNMA-Sisnama). Na década seguinte, essa tendência foi confirmada pela Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A promulgação da Lei nº 9.795, em 1999, que estabeleceu a Política Nacional da Educação Ambiental, também serviu de inspiração à realização da CNIJMA, quando afirma, por exemplo, que cabe ao "Poder Público (...) definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. (Art. 3, Inc. I)".

Em segundo lugar, este movimento acontece durante o processo de redemocratização do país, consolidado pela Constituição Federal de 1988, que além de propiciar um capítulo dedicado ao tema ambiental (Cap. 225), atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de preservar o meio ambiente às presentes e futuras gerações, também estabeleceu, coerentemente, procedimentos e mecanismos fundamentais ao fortalecimento da participação e do controle social no Brasil.

1 Em julho de 2003, o MMA e o MEC promoveram a instalação do Orgão Gestor (OG) da PNEA, cuja primeira tarefa foi a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

> ***A Conferência Nacional do Meio Ambiente tinha o propósito de "mobilizar, educar e ampliar a participação popular na formulação de propostas para um Brasil sustentável"***
> (Site do MMA, 2016).

Por esta razão, ao organizar a primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente, em atendimento à demanda histórica do movimento ambientalista brasileiro, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi provocada por uma de suas filhas a reunir e conhecer também as propostas de crianças e jovens, a partir, sobretudo, do ambiente da escola e das comunidades de seu entorno.

Naquele mesmo período, cabe ainda mencionar as políticas voltadas a esta faixa etária da população, em especial com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).[2]

A vontade das novas gerações aliada ao acúmulo de experiências de educadores e educadoras ambientais, convencidos da importância do envolvimento da juventude com as políticas públicas, foram fator motivador para que a equipe do Ministério do Meio Ambiente (MMA) convidasse o Ministério da Educação (MEC) a organizar, em parceria, a primeira CNIJMA. Assim, jovens, educadores e o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Decreto nº 4.281/2002) trabalharam juntos para cumprir princípios e diretrizes da educação ambiental junto a escolas de todo o país.

Esta Conferência teve, portanto, o objetivo de instalar uma nova dinâmica à política ambiental do país, incluindo o público infantojuvenil nos espaços de participação social que naquele momento emergiam ou se fortaleciam entre as diversas políticas públicas. Mais do que questionar que mundo se pretendia deixar às futuras gerações, o desafio era perguntar que pessoas se quer ter na atualidade e no futuro, capazes de cuidar deste planeta.

---

2 No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2o), e, em casos excepcionais e quando disposto em lei, o Estatuto é aplicável até os 21 anos de idade.

Primeira Conferência



Plenária da 1ª CNIJMA – Campus da UnB - 2003

A Primeira Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente foi realizada nas dependências da Universidade de Brasília (UnB), convocada por decreto presidencial, em junho de 2003, sendo regulamentada pela Portaria N° 359/2003. O objetivo era ouvir os adolescentes, propiciar uma discussão na escola sobre os problemas ambientais das comunidades e do país, num processo de educação ambiental (EA), garantindo o direito de participação na construção de um Brasil sustentável. O propósito também foi incentivar a criação da Rede da Juventude pela Sustentabilidade, desde esta primeira conferência que, nos 10 anos seguintes, realizou outras três edições nacionais e uma internacional.

A singularidade e ineditismo desta modalidade de conferência estão, sobretudo, no envolvimento do público infantojuvenil – nesta primeira edição de 11 a 15 anos - desde as escolas, passando por conferências intermediárias - municipais, regionais e/ou estaduais - até a sua edição nacional. Além disso, desde esta primeira edição, chama a atenção o sentido

proativo das ações e documentos conclusivos, formulados coletivamente e aprovados por consenso. Os jovens não se limitam a apresentar propostas ou reivindicações ao poder público, como acontece em outras conferências. Comprometem-se conclamando governo e sociedade, a lutar e trabalhar no país, no estado, na cidade e na escola, em favor da sustentabilidade socioambiental.

A parceria de dois ministérios – MMA e MEC – na organização e mobilização é outra especificidade desta conferência, uma vez que as demais, em sua maioria, são conduzidas por uma pasta apenas. Mediante ampla capilaridade no país, esses ministérios que compõem o Órgão Gestor da PNEA, mobilizaram as escolas e comunidades do entorno, por meio de superintendências do IBAMA, de secretarias de Educação e de Meio Ambiente dos estados e municípios, além de ONGs, Conselhos Jovens pelo Meio Ambiente, das comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental – CIEA, da Rede Brasileira de Educação Ambiental, entre outras organizações com participação da sociedade civil.

O propósito também foi formar novas lideranças para atuar no campo socioambiental, por meio do aprendizado de uma cultura de procedimentos democráticos que promovia o exercício da participação, desde o ambiente escolar até a etapa nacional, reunindo crianças e jovens de todo o país. A CNIJMA incluiu em sua programação momentos de reflexão, pesquisa e estudo, de brincar e conhecer outras realidades e culturas, de fazer amizade, experimentar novos lugares, sons e sabores. Favorecia, portanto, a expressão de talentos e potencialidades de jovens participantes, promovendo o seu protagonismo no país.

A efervescência das culturas de cada delegado possibilitou, em minha vida, um exercício mais amplo do protagonismo juvenil.

Samuel Henrique Bezerra Leandro, 17 anos*, Delegado na
4ª CNIJMA – Primavera do Leste/MT

*Os depoimentos de delegado(a)s em toda esta coletânea foram colhidos entre os anos de 2014 e 1016. Por isso, verifica-se idades superiores ao intervalo de 11 a 14 anos (ou 11 a 15, no caso da 1ª CNIJMA), conforme o regulamento da Conferência.

O processo formativo da CNIJMA tem como pressuposto três princípios: jovem educa jovem, jovem escolhe jovem e uma geração aprende com a outra. A primeira máxima corresponde ao processo essencialmente interativo, dialógico e construtivista da Conferência, que além dos adolescentes mobiliza jovens de 16 a 29 anos, muitos deles integrantes dos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente[3], outra marca fundamental dessa política pública. São facilitadores, animadores, oficineiros, membros de Comissões Organizadoras Estaduais, da Comissão Organizadora Nacional, entre outros espaços de decisão. O dinamismo da Conferência corresponde, em grande parte, a esta participação juvenil, em todos os momentos, inclusive após a conferência.

Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente – *Segundo a publicação do Ministério da Educação intitulada* **"Coletivos Jovens de Meio Ambiente - Manual Orientador"** *(2005), os Coletivos Jovens são grupos informais que reúnem jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se com a questão ambiental e desenvolver atividades relacionadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Esses coletivos são como redes locais para articular pessoas e organizações, circular informações de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas que apontem para sociedades mais justas e equitativas, dentre outras ações e realizações.*

(Relatório da IV CNIJMA, MEC, 2013)

Os delegados e delegadas, desde a primeira edição, são escolhidos pelos próprios jovens (ver Caderno 2 – Metodologia), em diferentes ritualísticas. "Os participantes da primeira conferência na escola elegeram um delegado ou delegada, definiram uma proposta de política ambiental e elaboraram um cartaz de campanha sobre a proposta para sua comunidade" (MEC, 2003).

Na Conferência uma geração aprende com a outra, porque adolescentes e jovens impulsionam mais facilmente propósitos de transformação e os adultos podem propiciar condições necessárias para que mudanças decorram de conhecimentos mais contextualizados,

3 Na primeira Conferência ainda eram chamados de Conselhos Jovens, com participação de jovens de 15 a 25 anos.

assegurando qualidade para uma efetiva participação. Como afirma o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, "a educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores".

> ***A mobilização para a I CNIJMA desencadeou a iniciativa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", desenvolvida pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC, após a Conferência, com ênfase na formação de professores e estudantes das escolas participantes da 1ª Conferência.*** (Portugal, 2014. Pág. 25)

Com o slogan "Vamos Cuidar do Brasil" e os temas, definidos pela Comissão Organizadora, água, seres vivos, alimentos, escola e comunidade, a primeira CNIJMA, realizada em novembro de 2003, incentivou a criação de 26 comissões organizadoras estaduais e uma no Distrito Federal (COE), que mobilizaram estudantes de 3.461 municípios, num total de 15.452 escolas. Até a etapa nacional foram realizadas Conferências ou Pré-Conferências estaduais ou regionais que elegeram 400 representantes jovens para a Conferência Nacional, especialmente por intermédio dos Conselhos Jovens, criados à época, que depois passaram a ser Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente.

Reunindo mais de cinco milhões de pessoas, entre estudantes, professores e comunidades envolvidas, a primeira Conferência Nacional concluiu com a produção de *spots* de rádio, vídeo e jornal apresentando propostas para um Brasil sustentável, que foram priorizadas na carta "Jovens Cuidando do Brasil", entregue ao presidente da República, no Palácio do Planalto.

> ***Criar escolas em todas as comunidades para formar cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e obrigações, diminuindo o índice de desemprego, violência e fome, e deixando o meio ambiente com saúde.***
>
> Trecho da carta de deliberações da I CNIJMA (Anexo)

Segunda Conferência



Entrega da Carta de Responsabilidades – 2ª CNIJMA – Palácio do Planalto - 2006

Esta edição da CNIJMA aconteceu entre 2005 e 2006, no início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, promovida em todo o mundo pela Unesco. Ao mesmo tempo, outras agências das Nações Unidas acompanhavam iniciativas relacionadas às Oito Metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Metas do Milênio). Além dessas referências, o ambiente e os propósitos desta segunda Conferência se pautaram por "valores, princípios e ideais propostos por documentos da sociedade civil, como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra, a Agenda 21 e a Carta das Responsabilidades Humanas da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário" (MEC, 2006).

Desta vez, houve uma redução no número de escolas mobilizadas. Foram realizadas conferências em 11.475 escolas, de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental (cuja terminologia, em 2023, é anos finais do ensino fundamental), abrangendo quase 3 mil municípios e mobilizando cerca de 3 milhões e 800 mil pessoas. Mesmo com esta redução, a adesão média das escolas por Unidade Federativa chegou a 26%, percentual ainda muito significativo se comparado à média de adesão de cerca de 10% alcançada em campanhas similares, segundo gestores do MEC. Diferente da 1ª CNIJMA, a faixa etária foi delimitada

entre crianças e adolescentes de 11 a 14 anos, que discutiram nesta a 2ª CNIJMA os temas: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial.

Nesta segunda Conferência merece destaque a criação de um Grupo de Trabalho de Ação Afirmativa, composto por diversos órgãos de governo, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Funai, e pela sociedade civil, como o MST, que articulou a participação de jovens das comunidades indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e dos grupos de meninos e meninas em situação de rua, sem acesso às escolas de 5ª a 8ª séries.

Entre os objetivos desta conferência, destaca-se o fortalecimento da educação ambiental e da educação para a diversidade; a inclusão das questões socioambientais no Projeto Político Pedagógico da escola, para que elas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem; a criação e fortalecimento da Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, bem como dos Coletivos Jovens – de 15 a 29 anos - e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma.

Atualmente sou professor e tenho uma COM-VIDA em minha escola. O Coletivo Jovem ficará no meu coração! **Eduardo da Silva Santos, 30, Membro do CJ na 2ª CNIJMA – Brasília/DF**

A etapa nacional, em Brasília, reuniu mais de 500 jovens delegados e delegadas de todas as unidades federativas do país, com a facilitação de 70 jovens dos Coletivos Jovens, além de 17 jovens facilitadores de países latino-americanos. Nesta edição, a organização do MEC e do MMA, com apoio da Comissão Organizadora Nacional e da ação descentralizada das comissões organizadoras estaduais (COE), pode exercitar mais intensamente aqueles princípios estabelecidos com os próprios jovens segundo os quais "jovem escolhe jovem, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra".

A Carta das Responsabilidades "Vamos Cuidar do Brasil" desta 2ª CNIJMA (anexo) foi transformada em linguagem de rádio, hip-hop, jornal e publicidade, sendo lida também em cerimônia no Palácio do Planalto, e entregue pelos adolescentes ao Presidente Lula e aos ministros Fernando Haddad (MEC) e Marina Silva (MMA), no dia 27 de abril de 2006.

Buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades. Esta carta carrega as ideias coletivas de 12 mil escolas e comunidades de todo o país que realizaram suas Conferências em 2005, com os desejos de 4 milhões de pessoas. Este é um meio de expressar nossas vontades e nosso carinho pela vida e sua diversidade. Trecho da Carta das Responsabilidades – II CINJMA

As Com-Vidas nas escolas foram um importante legado desta segunda edição, difundindo na rede de ensino uma nova postura cidadã de estudantes, professores e comunidades envolvidas, ainda que com enormes desafios, inclusive de acompanhamento por parte das COE e do Órgão Gestor.

COM-VIDA – A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola é incentivada pelo Órgão Gestor, potencializando "as ações de educação ambiental nas escolas do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e de ensino médio, por meio da criação e manutenção de um espaço democrático e participativo que congregue toda a comunidade escolar e fomente iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida na escola e sua comunidade, assim como o diálogo sobre temas socioambientais contemporâneos" (Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=17456).

Outra repercussão importante foi o lançamento da Resolução do FNDE N° 13/2006, que descentralizou recursos financeiros aos estados para ações de Formação Continuada de Professores junto a escolas estaduais e municipais que realizaram Conferências. Com isso, a Educação Ambiental tem seus conteúdos e práticas mais adensadas e aprofundadas nos sistemas de ensino. Tratava-se de um sinal da transição entre MMA e MEC, na assunção e coordenação executiva da CNIJMA, uma vez que a primeira Conferência esteve mais ao encargo da equipe do DEA/MMA, em parceria com a CGEA/MEC, invertendo-se esta posição nas edições seguintes.

Passeata – ***Concluindo a II Conferência, todos os participantes caminharam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), exibindo as responsabilidades para cuidar do Brasil, por meio de materiais visuais de oficinas e instrumentos musicais. Ao chegar ao Palácio do Planalto, o presidente Lula, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva e o ministro da Educação Fernando Haddad receberam, das mãos de delegados(as), a Carta das Responsabilidades "Vamos Cuidar do Brasil".***

Terceira Conferência



Apresentação cultural de delegado(a)s – 3ª CNIJMA – Luziânia/GO – 2009

A 3ª Conferência Infantojuvenil acompanhou a Conferência Nacional de Meio Ambiente (adultos) pautando o tema das Mudanças Climáticas, no contexto mais amplo das Mudanças Ambientais Globais.

O objetivo mais específico era fortalecer a EA nos sistemas de ensino, com ênfase na melhoria das relações de ensino-aprendizagem. Buscava-se melhor desempenho das escolas participantes com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de então. Ao mesmo tempo, a intenção também era a integração em rede dos diversos atores socioambientais, com foco na comunidade escolar, como uma das estratégias para o fortalecimento da Rejuma e do Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente nos estados.

O ciclo da 3ª CNIJMA iniciou-se nas escolas, em 2008, e concluiu em Brasília, em abril de 2009, com o desafio de pesquisar, estudar e debater nas escolas as alternativas civilizatórias e societárias para as mudanças ambientais globais. A comunidade educacional do país estava envolvida com as discussões referentes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que mobilizou pais, alunos, professores e gestores na busca de mais qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo relatório do MEC, a 3ª Conferência foi assunto em salas de aula de 59 mil instituições do segundo segmento do Ensino Fundamental e de 6 mil instituições do primeiro segmento do Ensino Fundamental em comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais. Ainda que nem todas tenham realizado a conferência nos meses seguintes, o material didático e pedagógico foi recebido por todas essas escolas, atendendo ao propósito de informar e animar discussões relativas à melhoria da educação, da qualidade de vida e do meio ambiente no âmbito da escola, das comunidades, do Brasil e do mundo. No período anterior à Conferência nas escolas, entre fevereiro e agosto de 2008, foram organizadas 185 oficinas preparatórias, em 16 estados, com a participação de mais de 12 mil pessoas.

Mesmo com ampla difusão de documentos e a realização dessas atividades prévias, esta Conferência Infantojuvenil propriamente aconteceu em 11.631 escolas, um número menor que a primeira (15.452 escolas) e próximo da segunda CNIJMA (11.475). No total, foram mais de 3,7 milhões de participantes, distribuídos por 2.828 municípios.

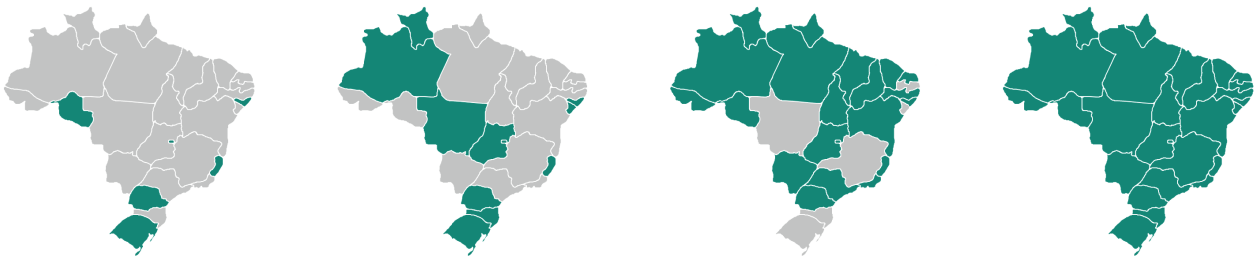
Enquanto o MMA esteve mais concentrado na organização e realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente (adultos), o compromisso institucional do MEC evoluiu significativamente, nesta 3ª Conferência Infantojuvenil. Exemplo disso foi o repasse de recursos, por meio do FNDE (resolução nº 54/2007), a quase todos os estados, para organização do processo da conferência. Os recursos eram destinados à pesquisa escolar, à realização de Conferência na Escola e à criação da Com-Vida, além da construção da Agenda 21 na Escola. O recurso também foi utilizado na realização da Conferência Estadual e do encontro preparatório da delegação à etapa nacional. Os recursos totalizaram um valor próximo a 6 milhões de reais, sendo que apenas os estados de Minas Gerais e São Paulo não estabeleceram convênio, por não terem apresentado projetos. Foi uma mudança importante, uma evolução no sentido da institucionalização da CNIJMA, uma vez que a primeira conferência teve que ser organizada com recursos, sobretudo, de patrocínio de empresas.

Na terceira Conferência, além das funções de mobilização, organização e acompanhamento de delegados e delegadas à etapa nacional, as COE de 21 estados optaram por promover encontros regionais e/ou Conferência Estadual, elaborando uma "Carta de Responsabilidades Estadual", que foi encaminhada às autoridades locais, antes de ser levada à Conferência Nacional.

Vale ressaltar que esta foi outra iniciativa consoante com a necessária institucionalização, já que os jovens passaram a dirigir também aos governos locais e estaduais as suas demandas e compromissos por sustentabilidade socioambiental, impulsionando a consolidação de uma política pública nessas instâncias de governo.

Na primeira CNIJMA, a maioria dos estados havia realizado apenas pré-conferências para o encontro nacional. Somente Alagoas, Espírito Santo, Rondônia, Rio Grande do Sul, Paraná e Distrito Federal organizaram encontros estaduais, mas com a finalidade principal de definir a delegação à etapa nacional. Na segunda Conferência, esse número passou para 12 Conferências Municipais, Regionais e/ou Estaduais, em 11 estados, inclusive com Conferências Estaduais de Comunidades Indígenas, em Alagoas, Sergipe e Manaus. Veremos mais à frente que esta tendência foi consolidada na 4ª Conferência (2013), quando todas as unidades federativas organizaram esta fase estadual, tornada obrigatória.

Figura 1 - EXPANSÃO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS E/OU REGIONAIS



I CNIJMA	II CNIJMA	III CNIJMA	IV CNIJMA
6 Estados	11 Estados	21 Estados	26 Estados e o D. Federal

Foram realizadas 21 conferências estaduais para a 3ª CNIJMA, envolvendo mais de 5.600 participantes. Alguns estados não realizaram encontros estaduais, são eles: Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Sergipe. Embora a COE do Rio Grande do Sul não tenha organizado Conferência, o Estado promoveu uma mostra dos trabalhos produzidos nas escolas gaúchas.

A educomunicação, novamente, ocupou parte significativa das atividades, com diversos materiais produzidos, bem como a Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais, que reunia compromissos e propostas dos adolescentes. O evento nacional aconteceu no município de Luziânia-GO, próximo a Brasília, com 642 adolescentes delegados e delegadas, de 26 Estados e do Distrito Federal. Num ambiente de intervenção política e aprendizagem coletiva, jovens de todo o país, incluindo indígenas, quilombolas e assentados rurais, celebraram o trabalho desenvolvido no decorrer de 2008, nas escolas, cidades e estados de todo o país. Foi uma oportunidade de encontro das experiências realizadas nos diversos estados e um ato público que afirmou a importância de gerar canais de participação social para adolescentes.

"Voltei entusiasmada e tocada pela qualidade das intervenções. Confirmei meu prognóstico de seis anos atrás, de que essas conferências seriam paradoxalmente âncora e alavanca para transformar o paradigma de educação e também o de cidadania.(...) Eles não têm poder, mas têm a potência dos sonhos e compromisso com causas. Ensinam a quem, mesmo tendo poder e ferramentas, faz muito pouco. (...) Espera-se que os adultos tenham sensibilidade e humildade para ouvir e aprender." Min. Marina Silva na III CNIJMA (Folha de São Paulo, 06.04.2009)

Na cerimônia de encerramento, no dia 7 de abril de 2009, no Teatro Nacional de Brasília, foi montada a exposição de cartazes temáticos selecionados nos Estados, lançado o selo personalizado da III CNIJMA e realizado o ato político de entrega da "Carta das Responsabilidades" (anexo) aos Ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, à senadora Marina Silva, ao Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC, André Lázaro, à Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA, Samyra Crespo, e à Coordenadora Geral de Educação Ambiental/MEC, Rachel Trajber.

Entre outras repercussões, essa Conferência ficou marcada pelo Encontro de Observadores Internacionais, que reuniu 64 pessoas representantes de Ministérios de Educação e da sociedade civil de 40 países. Ao compartilhar experiências, dialogar sobre a temática e observar o evento nacional, esses representantes voltaram motivados para a realização da Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que aconteceu em 2010.

Outro subproduto consistente foram os subsídios para a elaboração do Programa Nacional Escolas Sustentáveis do MEC, fruto de deliberações dos adolescentes e jovens, reafirmando a missão em favor da "construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo Brasil" (ProNEA, 2014, p. 26).

Para o enfrentamento de todos os desafios apontados, é necessária a mobilização das comunidades para a participação política e social. Na escola, deve-se fomentar a elaboração de Agendas 21 escolares e a divulgação das ações já existentes. Propõe-se a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – as COM-VIDAs – em mais escolas e maior interação da escola com a comunidade ao seu redor. Acreditamos que juntos construiremos um mundo melhor, fazendo com que nossos sonhos realmente se tornem realidade. A mudança não é para o futuro, ela já começou!

(Trecho da Carta de Responsabilidades do Rio para a 3ª CNIJMA)

Primeira Conferência Internacional



Bandeiras dos países participantes da CONFINT - 2010

A Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" - CONFINT, realizada em 2010, foi uma iniciativa inédita no Brasil, que resultou da experiência e dos aprendizados colhidos nas três edições da Conferência. A evolução temática entre as conferências, partindo dos problemas socioambientais no Brasil rumo ao desafio das mudanças ambientais globais, somada à participação cada vez mais interessada de delegações internacionais, colocaram em pauta a oportunidade e a necessidade de um intercâmbio mundial entre jovens.

Tratava-se também de dar um salto com o que se havia acumulado naqueles 7 anos de Conferência, reafirmando documentos e propostas da sociedade civil referenciados nas conferências, como a Carta das Responsabilidades Humanas, a Carta da Terra,

a Agenda 21 Global, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e as Metas do Milênio.

Assim, o Ministério da Educação, em diálogo com o MMA, no âmbito do Órgão Gestor da PNEA, estabeleceu parceria com a Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l' Homme (Paris)[4], com apoio da Unesco e do Unicef.

Com a temática das Mudanças Socioambientais Globais, mais focada na questão climática, o objetivo da Confint era possibilitar que jovens do mundo todo se apropriassem localmente de compromissos globais, assumissem responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis, tecendo uma rede de cuidados com o Planeta. Para tanto, o esforço foi "abranger a maior diversidade de escolas, crianças e jovens dos sistemas formais/nacionais públicos e privados de ensino em todos os países" (MEC, 2010b, p.2). Foram estimulados a participar estudantes dos segmentos correspondentes ao segundo período do Ensino Fundamental no Brasil (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano), sendo que delegados(as) eleitos(as) deveriam ter de 12 a 15 anos de idade, nos dias da Conferência Nacional em cada país.

> ***O que mais me fez refletir e me emocionar foi na CONFINT, porque durante a interação com outros países que falavam o mesmo idioma que o meu, pude participar de grupos onde ouvia relatos de cada um sobre os impactos ambientais e sociais em seu país de origem muitos deles me fizeram chorar.(...) É algo de outro mundo, é algo transformador!***
>
> Letícia Souza da Silva, 20, Delegada na 3ª CNIJMA e Confint – Anastácio/MS

Em resposta à ampla distribuição de convites, 62 países membros das Nações Unidas dispuseram-se a desenvolver processos locais de conferências nas escolas e conferências nacionais, adaptando metodologias e processos a suas realidades. Coroando toda essa mobilização, 47 desses países participaram da última etapa da Confint, realizada no Brasil. Porém, um conjunto maior de países de todos os continentes recebeu materiais didáticos e pedagógicos, traduzidos para inglês, francês e espanhol, e formulados com base em nossa experiência nacional. Propagava-se largamente, portanto, toda a metodologia brasileira das conferências infantojuvenis.

4 A Fondation Charles Léopold Meyer pour Le Progrès de l' Homme (Paris) é uma instituição de origem francosuíça, que incentivou a transformação da Conferência Nacional Infantojuvenil brasileira em projeto internacional.

O interesse, a participação e o apoio internacional para a realização da Confint demonstrou a pertinência e a relevância histórica dessa iniciativa. Um exemplo disso foi o Haiti. Mesmo com sua capital, Porto Príncipe, e a sede da ONG, responsável no país pela Confint, devastadas pelo terremoto (2010), os organizadores conseguiram realizar o processo e mobilizar jovens haitianos.

A Confint mobilizou mais de 13 milhões de pessoas, 87.258 escolas nos diversos países, sendo 2.828 escolas brasileiras. A Índia mobilizou o maior número de alunos e escolas, inclusive porque contou com o maior investimento de recursos. Foram investidos em torno de 11 milhões de dólares na mobilização de cerca de 80 mil escolas e 9,1 milhões de estudantes.

Esta Carta, criada pela união de 53 países, representa responsabilidades e ações vindas de diferentes nações, com diversas culturas, idiomas e sociedades.(...) Estimular uma agricultura sustentável, consciente e menos impactante social e ambientalmente, sem agrotóxicos e transgênicos. (...) Se não for agora, então quando? Se não formos nós, então quem?

Trechos da Carta "Vamos Cuidar do Planeta" – Confint - 2010

A Coordenação Executiva Nacional/Brasil exerceu uma gestão relativamente centralizada, devido à amplitude da mobilização, compartilhando com as equipes do OG e com um Conselho Internacional de representantes dos cinco continentes, presidido pela ex-ministra Marina Silva; um Grupo de Trabalho Interministerial; e uma Comissão Orientadora, responsável por verificar a adequação de cada Conferência Nacional, conforme o Regulamento Internacional, inclusive a capacidade de cada CON em se responsabilizar por sua delegação eleita.

Essas Comissões foram compostas por órgãos ou entidades governamentais e da sociedade civil e coordenadas preferencialmente pelo Ministério de Educação, ou órgão equivalente em cada nacionalidade. Entre os 39 países que forneceram dados no Sistema de Acompanhamento, a maioria (57%) foi liderada exclusivamente por seu Governo Federal, representado principalmente pelo Ministério da Educação ou do Meio Ambiente correspondente. Desse conjunto, 15% resultaram de parceria entre um órgão governamental e uma instituição da sociedade civil. Os demais foram conduzidos pela sociedade civil, com duas ou mais organizações não governamentais associadas.

A etapa final da Confint, em Brasília, contou com a participação de 323 delegados e delegadas de 47 países, que escreveram a "Carta das Responsabilidades - Vamos Cuidar do Planeta" (anexo), elaborada à luz das 52 Cartas Nacionais dos países que desenvolveram o processo de Conferência. Um total de 1.200 cartas foram enviadas por delegados(as) na ExpoConfint, a seus ministros de Educação e de Meio Ambiente, assim como para o Secretário Geral das Nações Unidas à época, Ban Ki-Moon, com o selo personalizado criado especialmente para a Conferência.

Como nas três edições brasileiras, os jovens trabalharam na criação de conteúdos para rádio, hip-hop, jornal e publicidade, especialmente, numa "Carta Musical Vamos Cuidar do Planeta", composta coletivamente por um grupo integrado por um jovem de cada país (vídeo disponível em https://www.alliance-respons.net/bdf_fiche-action-23_en.html).

O que se destaca na experiência desta primeira Confint é o pioneirismo do processo da Conferência Infantojuvenil que, diferente das demais conferências realizadas no país, ousou atravessar as fronteiras do país, mobilizando com resposta surpreendente, jovens de dezenas de países para esta agenda das mudanças socioambientais globais.

> ***"... Vocês, de fato, afetaram a vida de centenas de jovens. Este é um bom exemplo de uma ação eficaz na defesa de ideias (...). Sementes plantadas que brotam em todos os lugares do mundo." (...).*** Stéphane Bordenet, 18 anos, Delegado francês na Confint, Brasília, 2010.



Conferência Nacional de Guiné preparatória à CONFINT - 2010

A CPLP na Confint – Os processos nacionais da Confint, em sua maioria, foram totalmente custeados pelas próprias Comissões Organizadoras Nacionais, ou por meio de patrocínios locais, com exceção dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que puderam utilizar recursos disponibilizados pelo MEC e repassados pela Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Para estimular a participação desses países na Confint, o MEC propôs um projeto de cooperação multilateral no âmbito da CPLP - Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Timor Leste.

Denominado *Conferência Internacional Infantojuvenil: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da CPLP,* este projeto procurava contribuir para o fortalecimento da educação ambiental nos sistemas de ensino, ampliar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre os países, colocando na pauta da cooperação lusófona a educação ambiental como estratégia para o enfrentamento das mudanças socioambientais globais (MEC, 2010). Em 18 meses, foi executado um orçamento total de 815 mil reais.

'Cuidemos el planeta' es mucho más que un proyecto de sensibilización sobre el cambio climático, se trata para vosotr@s jóvenes de tomar posición como actores del cambio para una sociedad más sostenible, a nivel de vuestra escuela, pero también de vuestra comunidad. (...) expresando vuestra voz, junt@s, pero también dirigiéndose a vuestros políticos para mostrarles vuestro propio compromiso y pedirles colaboración para ayudaros a implementar vuestros proyectos locales. Como decía Benjamen Franklin, "Me dices, olvido. Me enseñas, me acuerdo. Me implicas, aprendo". Cada uno de nosotr@s tiene capacidad de acción, a su propio nivel. Asi avanzamos juntos! *

Lydia Nicollet é da FPH**, uma ONG patrocinadora da CONFINT, que organizou duas edições da Conferencia Européia, apoiando as da Espanha e da Itália.

---

* 'Cuidemos do planeta' é muito mais que um projeto de sensibilização sobre as mudanças climáticas, trata-se de vocês, jovens, de tomar posição como agentes de mudança para uma sociedade mais sustentável, em nivel de sua escola, mas também de sua comunidade, (...) expressando a sua voz, juntos, mas também dirigindo-se a seus políticos para mostrar-lhes o seu próprio compromisso e pedir-lhes colaboração para ajudar-lhes a implementar seus projetos locais. Como dizia Benjamin Franklin, "me dizes, eu esqueço. Me ensinas, eu me lembro. Me envolves, eu aprendo". Cada um de nós tem capacidade de ação, a seu próprio nível. Assim avançamos juntos!" (T. do Organizador)

** Fondation Charles Léopold Meyer pour le Progrès de l' Homme.

Quarta Conferência



Plenária da 4ª CNIJMA – Luziânia/GO - 2013

A 4ª CNIJMA acrescentou uma expressão emblemática ao slogan das edições anteriores, com um conceito que inspirou discussões para a criação do Programa Nacional Escolas Sustentáveis do MEC (Ver a Figura 2 pág. 32). Mais do que isso, essa singela alteração na logomarca da Conferência buscava popularizar a noção de sustentabilidade junto às redes de ensino, estimulando a comunidade escolar a pensar e propor projetos de ação, visando a melhoria do ambiente da escola e de seu entorno.

De certa forma, a 4ª Conferência tomou emprestada a ideia de que a sustentabilidade é plural, democrática, ao mesmo tempo local e global, coletiva e individual, conforme o conceito de Educação e de Sociedades Sustentáveis presente no Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Ao afirmar que "é fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias

alternativas às políticas vigentes", o Tratado propõe que "a educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade". Isso quer dizer que "as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos". Portanto, esta edição da Conferência propõe à comunidade escolar uma mobilização, reflexão, discussão e ação de alunos, professores, funcionários e comunidade envolvida, voltada ao âmbito curricular, à qualidade do espaço físico da escola e a uma gestão cada vez mais democrática. "Escola Sustentável é aquela que assume, nas suas ações cotidianas, uma intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento da cultura da sustentabilidade. (...) No contexto de uma Escola Sustentável, também atribuímos um papel importante à COMVIDA" (Guia do Participante).

Reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas.

Trecho do Tratado Internacional de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

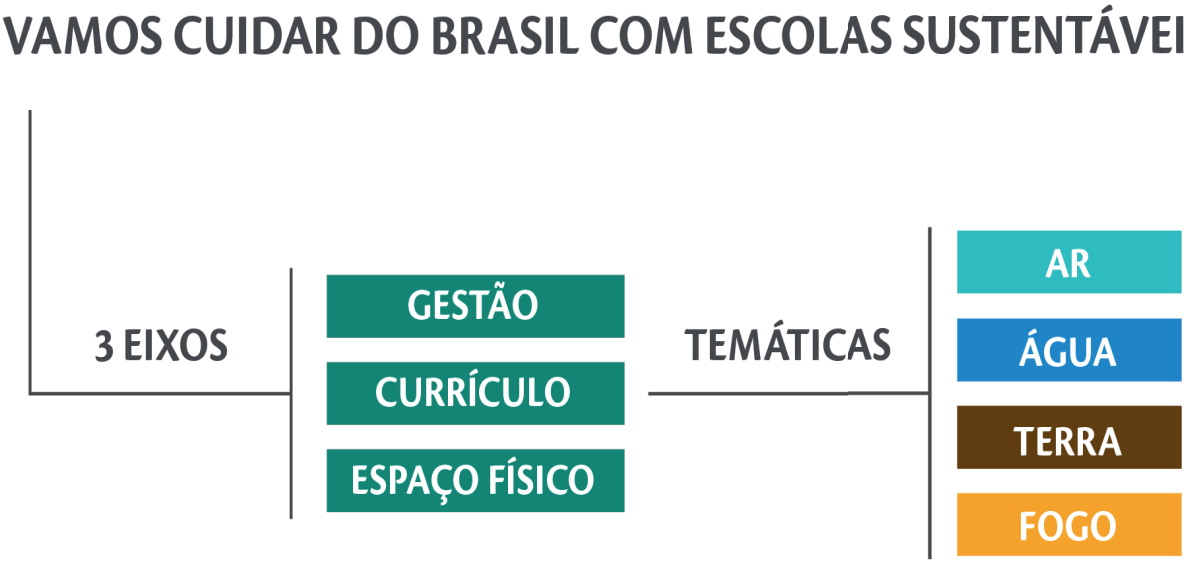
Desta forma, a temática central das "**Mudanças Ambientais Globais**", que subsidiou as duas conferências anteriores, é reeditada numa perspectiva sistêmica e integrada ao tema dos Espaços Educadores Sustentáveis. Permanece, portanto, o estudo dos quatro elementos da natureza, **Terra, Água, Fogo** e **Ar**, mas levados a inspirar também, com proposições, o ambiente escolar.

Espaço Educador Sustentável ***é um espaço onde as pessoas cuidam das relações que estabelecem uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço tem uma intencionalidade deliberada de educar para a sustentabilidade, mantém coerência entre as práticas e posturas e se responsabilizam pelos impactos que geram. Dessa forma buscam compensá-los com tecnologias apropriadas. Eles nos ajudam a aprender, a pensar e a agir para construir o presente e o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito às diferenças, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Por suas características, esses espaços influenciam a todos que por ele circulam e nele convivem e assim educam por si mesmos. Com isso, tornam-se referência de sustentabilidade para toda a comunidade*** (MEC/MMA, 2012).

> ***Esse é o caminho em que apostamos para promover a transformação de percepções, posturas e atitudes, e é o que precisamos para construir sociedades sustentáveis***
>
> (TV Escola, 2011).

Ou seja, visando estimular a inclusão de propostas de sustentabilidade no Projeto Político Pedagógico das escolas, a elaboração e seleção de projetos por parte dos alunos foi o critério para a definição de delegados às fases seguintes da Conferência, com foco em três eixos para uma escola sustentável: Gestão, Currículo e Espaço Físico. Na perspectiva de um processo permanente e continuado de educação ambiental, a intenção da 4ª CNIJMA foi incentivar a gestão escolar a modificar práticas enraizadas não condizentes com uma educação para a sustentabilidade, revisitando o currículo, observando as edificações e favorecendo o envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da escola.

Figura 2 – DIAGRAMA CONCEITUAL DA 4ª CNIJMA



Na verdade, o tema escolas sustentáveis veio se constituindo gradativamente desde a terceira Conferência e até mesmo das edições anteriores[5]. Em 2013, completa-

5 Em 2012, durante a Rio+20, foram lançadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, aprovadas no mesmo ano pelo Conselho Nacional de Educação, reafirmando a inserção integrada e interdisciplinar da EA, de forma contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades de ensino.

va-se quase uma década de incentivos à instalação de Com-Vida nas escolas e talvez isso ajude a explicar a retomada da mobilização das escolas com um quantitativo superior até à primeira Conferência. Nesta quarta edição, foram 16.538 escolas[6] que realizaram a Conferência, mobilizando 5.193.881 milhões de pessoas em todo o processo[7], chegando a um número recorde de municípios envolvidos: 3.519 (MEC, 2013).

Outro fator contribuinte para o aumento na participação foi a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) **Escolas Sustentáveis**, com a promessa de que as escolas participantes receberiam recursos para realizar os seus projetos. Além disso, também colaborou o apoio mais significativo da equipe do MMA – Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – nesta quarta Conferência, com uma equipe permanente de servidores. A primeira edição da CNIJMA foi proposta e organizada pelo MMA, que convidou o MEC a ser parceiro. As conferências seguintes, por sua vez, passaram a contar com o protagonismo do MEC, por meio de sua Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC, no âmbito do Órgão Gestor. Esse aspecto voltará a ser tratado no Caderno de Avaliação (Nº 3), especialmente com respeito ao objetivo da institucionalização. Desta forma, nesta edição não houve patrocínio. Todos os recursos envolvidos foram disponibilizados pelo MEC, com uma nova forma de apoio às Unidades Federativas (UF), propiciada pelo Plano de Ações Articuladas - PAR[8], distribuído mediante a aprovação de um plano de trabalho apresentado pelas Secretarias Estaduais de Educação. O repasse de recursos repercutiu no regulamento, que estabeleceu a etapa estadual como obrigatória.

Quanto à ação afirmativa, a 4ª Conferência[9] bateu outro recorde de participação, somando 603 representantes indígenas, quilombolas e assentados rurais ao longo do processo. Foram realizadas conferências em escolas frequentadas por 62 etnias indígenas, conforme a seguir.

---

6 Escolas municipais 9.570; estaduais, 6.830; federais 3; e, particulares, 135.

7 Segundo Relatório Final do MEC foram 761.963 estudantes de 1ª a 4ª série (2º a 5º ano); 2.764.330 estudantes de 5ª a 8ª série (6º a 9º ano); 618.593 estudantes de Ensino Médio; 57.710 gestores e coordenadores; 233.742 professores; 757.543 pessoas da comunidade.

8 O Plano de Ações Articuladas (PAR) integra a política nacional de educação junto a municípios, estados e o DF, que devem fazer um planejamento multidimensional para um período de quatro anos, com a participação de gestores, de professores e da comunidade local, sendo coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o suporte técnico e financeiro do MEC está condicionado a este plano de metas.

9 A CON teve seu nome alterado nesta edição para Comitê Consultivo Nacional. Contribuiu para a construção dos processos nas escolas e comunidades, articulou também com as áreas de ação afirmativa, além de servir de suporte institucional, técnico e político para a Coordenação Executiva Nacional e para as COE, fortalecendo a intersetorialidade.

Tabela 1 – ETNIAS PARTICIPANTES NA 4ª CONFERÊNCIA

1. Aikanã, Aikanã/Saba	22. Kaiowa	43. Puyanáwa
2. Apinajé	23. Kamaiura	44. Sateré
3. Atikum	24. Karajá	45. Tapeba
4. Baré	25. Karapotó	46. Terena
5. Boe-Bororo	26. Karipuna	47. Tremembé
6. Borari	27. Karitiana	48. Tupariaruá
7. Cinta Larga	28. Kiriri	49. Tupi-Guarani
8. Desana/Baré	29. Krahô	50. Tupinambá
9. Entre Serra	30. Laklãnõ/Xokleng	51. Tupinikim
10. Gavião	31. Macuxi	52. Tuxá
11. Gavião Kyikatejê	32. Macuxi/Wapixana	53. Umutina
12. Gavião Parkatejê	33. Maxakali	54. Uru Eu Wau
13. Guajajara/Tentehar	34. Nukini	55. Wakonã
14. Guarani	35. Pankararé	56. Xucuru
15. Guarani Kaiowá	36. Pankararu	57. Wapichana/Makuxi
16. Guarani Mbyá	37. Pataxó	58. Wassu
17. Guarani Nhandeva	38. Pitaguary	59. Xavante
18. Jenipapo Kanindé	39. Potyguara	60. Xerente
19. Jiripancó	40. Pankar	61. Xo
20. Kaimbé	41. Truká	62. Xucuru Kar

Fonte: Relatório da 4ª Conferência (2013)

Da mesma forma, chama à atenção a expansão na participação feminina entre delegados eleitos nas escolas, com quase 11 mil meninas, praticamente o dobro em relação aos meninos (Tabela 2).

Tabela 2 - PERFIL DELEGADO(A)S ELEITO(A)S CNIJMA - GÊNERO

CONFERÊNCIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
I CNIJMA	5573	8342	13915
II CNIJMA	3717	7242	10959
III CNIJMA	4056	7544	11600
IV CNIJMA	5662	10868	16530

Nesta quarta edição, não houve a participação de observadores internacionais. Pela primeira vez se reuniram e participaram de uma programação específica, professores convidados pelo MEC, entre 3 a 4 professores por estado, num total de 104. Esses professores discutiram uma minuta de proposta do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, bem como estiveram em rodas de conversa sobre a Política de Educação Ambiental e a pedagogia da cooperação, utilizada nesta edição. Acompanharam, anteriormente, a execução e o desenvolvimento dos projetos de ação selecionados nas escolas, que foram, depois, eleitos nas Conferências Estaduais.

Durante a plenária final, foi entregue aos representantes do Órgão Gestor da PNEA, José Vicente de Freitas, Coordenador Geral de Educação Ambiental do MEC, e Nilo Sérgio de Melo Diniz, Diretor de Educação Ambiental do MMA, a "Carta Aberta da Sociedade Civil IV CNIJMA - Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente". Assinada por treze organizações da sociedade civil e dezoito Coletivos Jovens de Meio Ambiente, a carta propunha um processo avaliativo dos dez anos de CNIJMA e solicitava um posicionamento do OG acerca da continuidade desta política pública. Embora já prevista pelo OG, esta iniciativa foi uma importante provocação para que se realizasse esse registro e avaliação de uma década da CNIJMA.

Nesta Conferência, foi realizado no Palácio do Planalto, em Brasília, um ato com a presença da presidente Dilma Roussef, da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e do Secretário Executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim Fernandes. Um delegado e uma delegada, escolhidos por sorteio, fizeram a leitura da Carta dos Estudantes, que foi entregue à presidente com uma caixa contendo os 108 projetos selecionados para a etapa nacional, representando as 16.538 escolas de todo país, que aderiram ao processo.

> ***Ao voltar pra casa senti que a semente da consciência ambiental que tinha na minha alma e em meu coração, havia germinado, floresceu em mim a vontade de ser melhor, não para meu próprio benefício, mas em prol do mundo. (...) Agora onde eu for nesse Brasil me sentirei em casa e terei irmãos.*** Lara Isabella Proêncio dos Santos, 17, Delegada na 4ª CNIJMA – Mar de Espanha/MG

Finalmente, tendo em vista que esta quarta edição pode ser considerada referência para a continuidade da Conferência, veja a seguir o total de recursos financeiros investidos para a sua realização.

Tabela 3 – OS INVESTIMENTOS NA IV CNIJMA

DESCRIÇÃO	VALORES (R$)
Processo Pré-conferência - Produção de Material Didático e distribuição	2.648.100,00
Apoio financeiro aos estados	6.945.829,60
Infraestrutura da etapa nacional (espaço físico, programação cultural, hospedagem, alimentação, serviço de facilitadores, oficineiros, especialistas/palestrantes)	1.178.990,00
Infraestrutura da etapa nacional (locação de equipamentos, kit dos participantes, translado, serviço de recepção, informática e audiovisual)	469.307,00
Total	11.242.226,60

Fonte: Relatório da IV CNIJMA (2013)

Etapas, Temas e Pretexto

Em resumo, a realização da Conferência envolveu sempre etapas distintas, algumas preparatórias, opcionais e outras obrigatórias, que culminaram com o encontro nacional:

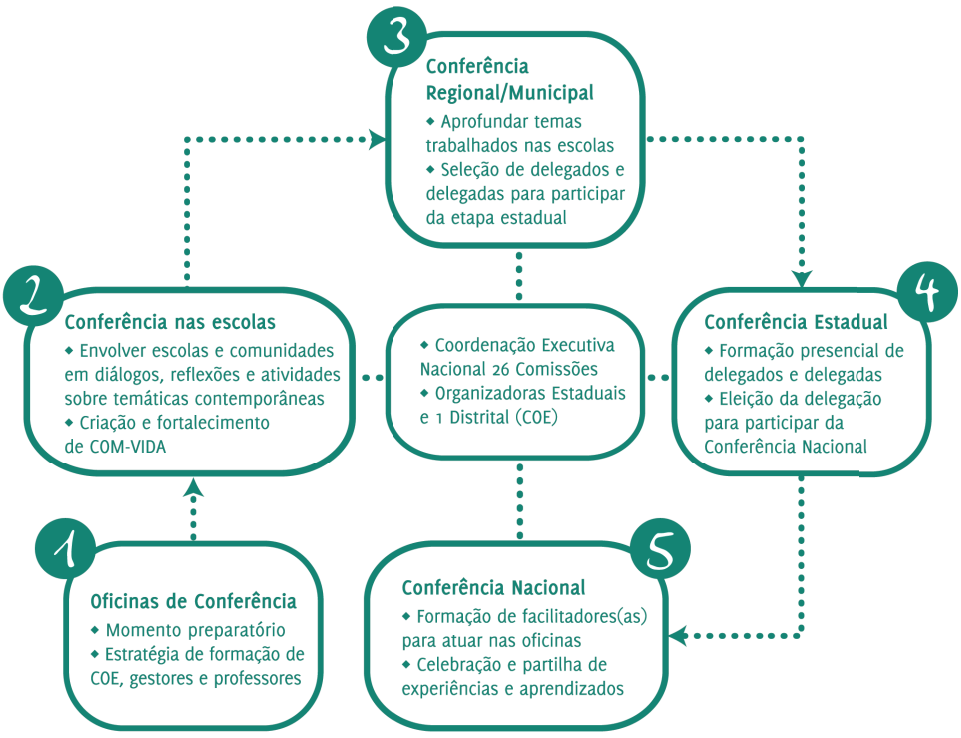
- **Oficinas de Conferência**
- **Conferência na escola e comunidade**
- **Conferência municipal/regional**
- **Conferência estadual**
- **Conferência nacional**

As oficinas de Conferência caracterizaram-se por simular a Conferência na Escola, com objetivo de mobilizar professores, formar instrutores ou facilitadores, aprofundar conteúdos temáticos e definir conjuntamente os detalhes, propiciando uma preparação cuidadosa de todo o processo.

Depois delas foi realizada a etapa escolar, momento obrigatório em todas as edições e de maior riqueza e importância, pelo incentivo à reflexão, ao estudo e à construção de conhecimento e de seleção de delegados e delegadas para levarem adiante as ideias e projetos do coletivo.

As Conferências Municipais e/ou Regionais foram etapas opcionais nas quatro edições nacionais, para partilhar experiências, propiciar um espaço de interlocução e selecionar delegados (as) para a Conferência Estadual.

Figura 3 - O PASSO A PASSO DA CONFERÊNCIA



FONTE: Simone Portugal/Consultora MMA, 2014

Nas quatro edições a definição do número de delegados(as) para participar da etapa nacional considerou a proporcionalidade entre o número de escolas que atenderam aos critérios estabelecidos no Regulamento Nacional, em relação ao número total de escolas das redes municipal e estadual de cada UF, respeitando o mesmo recorte de participação. Entre a primeira e a quarta edição, o número de delegados aumentou gradativamente (Tabela 4).

Tabela 4 - NÚMERO DE DELEGADOS(AS) EM CADA EDIÇÃO NACIONAL

I CNIJMA	II CNIJMA	III CNIJMA	IV CNIJMA	CONFINT
400	549	642	654	323

FONTE: Relatório Final I, II, III, IV CNIJMA e Confint

Além da criação de novos projetos, incentivou-se o resgate, a revisão e o aprimoramento de iniciativas já desenvolvidas na escola, bem como, a integração de abordagens das ciências, linguagens, da história e geografia, no diálogo com os conteúdos apresentados no quadro a seguir (Tabela 5).

Tabela 5 - TEMÁTICAS ABORDADAS NA CONFERÊNCIA INFANTOJUVENIL

I CNIJMA	Como vamos cuidar da nossa água? Como vamos cuidar dos seres vivos? Como vamos cuidar dos nossos alimentos? Como vamos cuidar da nossa escola? Como vamos cuidar da nossa comunidade?
II CNIJMA	• Mudanças climáticas • Biodiversidade • Segurança alimentar e nutricional • Diversidade étnico-racial **Acordos e Convenções Internacionais** • Protocolo de Kyoto • Convenção sobre a Diversidade Biológica • Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial • Declaração de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata
III CNIJMA	**Mudanças socioambientais globais** **Água** – A água e o problema da escassez, da poluição e da desertificação **Terra** – A biodiversidade e a questão da homogeneização, das queimadas e desmatamento **Ar** – A atmosfera e as mudanças climáticas **Fogo** – A energia e mobilidade, com a questão do modelo energético atual e dos transportes
CONFINT	**Mudanças socioambientais globais** **Água** – Hisdrosfera **Terra** – Biosfera **Ar** – Atmosfera **Fogo** – Energia/Sociosfera Materiais temáticos traduzidos para o inglês e espanhol.
IV CNIJMA	Mudanças socioambientais globais e Espaços Educadores Sustentáveis **Água** – Hidrosfera/ Recursos hídricos/ Desertificação **Terra** – Biosfera /Biodiversidade/ Desflorestamento **Ar** – Atmosfera/Ar e clima/Mudanças Climáticas **Fogo** – Socioesfera/ Energia e Mobilidade/ Matriz energética e transportes

FONTE: Regulamento Nacional I, II, III e IV CNIJMA e Relatório Final Confint

É interessante observar o movimento temático entre as 5 conferências. A CNIJMA começa em 2003 convidando a "Vamos Cuidar do Brasil". Depois abre o leque para uma agenda mundial diante dos desafios das mudanças ambientais globais, com destaque para a questão climática (3ª CNIJMA), que inspira a mobilização internacional da Confint. Já em sua quarta edição nacional (2013), ainda que mantenha a orientação do "pensar global", a temática direciona a ação para a construção de Espaços Educadores Sustentáveis, especialmente no contexto da escola: Gestão, Currículo e Espaço Físico.

O Órgão Gestor da PNEA consolidou, durante o processo de mobilização e nas diversas publicações da CNIJMA, a ideia de que a Conferência é um *pretexto pedagógico* para subsidiar escolas, comunidades e sistemas de ensino no diálogo sobre temáticas ambientais contemporâneas. A Tabela a seguir mostra a mobilização alcançada em cada uma das edições com os temas correspondentes.

Tabela 6 - PANORAMA GERAL DAS CINCO EDIÇÕES DA CONFERÊNCIA

CONFERÊNCIA	TEMA CENTRAL	COORDENAÇÃO EXECUTIVA	MOBILIZAÇÃO, Nº DE ESCOLAS E PARTICIPANTES
I CNIJMA (2003)	"Vamos Cuidar do Brasil"	MMA/MEC	**15.452** escolas **3.461** municípios **5.658.877** pessoas
II CNIJMA (2005/2006)	"Vivendo a Diversidade na Escola"	MEC/MMA	**11.475** escolas **2.865** municípios **3.801.055** pessoas
III CNIJMA (2008/2009)	"Mudanças Ambientais Globais"	MEC/MMA	**11.631** escolas **2.828** municípios **+ de 3.700.000** pessoas
CONFINT (2010)	"Vamos Cuidar do Planeta"	MEC/MMA	**62** países ativos **47** países na Conferência Nacional **87.258** escolas **13.153.229** pessoas
IV CNIJMA (2013)	"Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis"	MEC/MMA	**16.538** escolas **3.519** municípios **5.193.881** pessoas

FONTE: Relatórios Finais I, II, III CNIJMA, Confint, Base de Dados IV CNIJMA e arquivos digitais CGEA/MEC

Em torno de uma Conferência, como pretexto pedagógico, organiza-se, portanto, um complexo de atividades, de publicações, orientações e procedimentos, de segmentos profissionais e de gerações, espalhados pelo território que tornam o evento da Conferência um grande centro motivador de educação ambiental e de mudança, envolvendo um número surpreendente de pessoas, municípios e instituições de ensino, conforme apresenta a Tabela 6, acima.

A Comissão Estadual

Tecnicamente, a Conferência, em suas diferentes etapas, foi coordenada obedecendo a uma escala de gestão centralizada, por meio da Coordenação Executiva Nacional, com apoio da Comissão Orientadora Nacional ou Comitê Consultivo Nacional (IV CNIJMA) e de um Comitê Organizador IntraMEC[10], e, descentralizada, por meio das Comissões Organizadoras Estaduais (COE). Esse compartilhamento favoreceu a capilaridade e a adaptação da proposta de mobilização nacional à realidade regional.

As COE se constituíram de grupos formados por representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, dedicados à educação ambiental, que garantiram a adaptação da proposta da CNIJMA à realidade regional. Cabe destacar a participação ativa dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nas COE, na mobilização das escolas e de estudantes. Esses Coletivos surgiram ao longo do processo de construção da primeira Conferência, por meio de um convite feito pelo MMA às organizações de juventude, para que elas pudessem compor essas comissões estaduais. A seguir, um resumo das atividades das COE em cada uma das edições.

Tabela 7 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELAS COE NAS 4 EDIÇÕES NACIONAIS

CONFERÊNCIA	RESPONSABILIDADE	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
I CNIJMA	Mobilização de escolas e comunidades Organização de oficinas de conferência Encontro preparatório para etapa nacional Acompanhamento de delegados e delegadas à etapa nacional	Conferência Estadual em 5 UFs Pré-Comissões Organizadoras nos Estados Incremento do "passo a passo" para Conferência na Escola" Apoio ao cadastramento, triagem e sistematização das propostas das escolas, como referência para a construção do Documento "Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável"
II CNIJMA		12 Encontros e Conferências Regionais e/ou Estaduais Apoio ao cadastramento e seleção das escolas e comunidades, por meio da triagem das responsabilidades expressas em cartazes
III CNIJMA	Organização de campanhas em nível estadual e municipal, mobilização dos veículos locais e regionais de comunicação (TV, Rádio, Jornal) Gestão financeira do processo	21 estados com encontros regionais e/ou Conferência Estadual Apoio ao cadastramento e seleção das escolas e comunidades, por meio da triagem das responsabilidades expressas em cartazes Elaboração da "Carta de Responsabilidades Estadual"
IV CNIJMA		26 estados e DF: Conferência Estadual Apoio ao cadastramento e seleção das escolas e comunidades, com triagem dos projetos elaborados, um por subtema.

FONTE: Relatórios Finais I, II, III CNIJMA e arquivos digitais CGEA/MEC

10 Grupo de apoio à coordenação político-técnico-administrativo do processo formado pelas diversas Secretarias do MEC e suas respectivas Coordenações, que atuou nas cinco Conferências.

A COE cumpriu função destacada na mobilização e sensibilização de gestores escolares, na formação de professores, no apoio ao cadastramento e seleção de escolas, na triagem de trabalhos e projetos e nos processos de eleição de delegados e suplentes, por parte dos estudantes, para representar ideias e projetos, da etapa escolar até as conferências municipais, regionais e estaduais. Durante a 4ª Conferência foram mais ativas na organização das conferências estaduais. Sempre a escolha dos delegados é procedida pelos próprios estudantes, respeitando o princípio "jovem escolhe jovem". A Comissão tem acompanhado e facilitado a formação das delegações estaduais para a etapa nacional.

O Regulamento Nacional definiu os critérios para esta formação, a serem adotados pelas COE, a fim de garantir equidade de gênero e de diversidade étnica-racial, representatividade entre meio rural e urbano, capital e interior, escolas públicas e privadas, assim como a participação de estudantes com deficiência física. Desde a primeira edição, o regulamento assegura uma reserva de vagas a jovens representantes de comunidades quilombolas, de assentados e indígenas.

A CNIJMA me trouxe um olhar humanista e consciente, não só nos aspectos ambientais, mas também sociais, a criação de um caráter esperançoso para um futuro melhor, para as próximas gerações e para nosso planeta.

Thalisson Gomes Pikhardt, 15, Delegado na 4ª CNIJMA - Guaraíta/GO

Cidadania Juvenil



Noite dos Brasis da 4ª CNIJMA – Luziânia/GO - 2013

A institucionalização da Conferência, como política pública permanente e continuada, poderá consolidar este processo participativo cada vez mais como um rito de passagem para a cidadania, como se tem visto entre as crianças e jovens durante essas primeiras edições.

Esse processo terá relevância crescente quanto mais o entreato das conferências for preenchido por atividades preparatórias, encaminhamentos e repercussões, respaldados por planos, programas, projetos e equipes permanentes. Um bom exemplo foi a realização de cinco Encontros Nacionais de Juventude e Meio Ambiente, ao longo da primeira década da CNIJMA. Eram momentos de formação e diálogo sobre a temática ambiental, que aproximavam o Órgão Gestor (MEC e MMA) de movimentos de juventude, juntamente com diversas atividades de articulação, que tinham o intuito principal de fortalecer a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma, impulsionando também os Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente (CJ).

Até 2013 os Encontros de Juventude e Meio Ambiente aconteceram nos anos de 2003, 2005, 2006, 2009 e 2010. Em 2012, durante a Rio+20, ocorreu um encontro com características diferenciadas, onde foi assinada pelos ministros do MEC e do MMA, a Portaria que lançou a 4ª Conferência, em 2013.

Na primeira Conferência adotou-se o nome de Conselhos Jovens de Meio Ambiente, com a intenção de assegurar aos jovens um espaço concreto de participação, mas, com o término da Conferência, os grupos continuaram atuando em outros projetos, passando a ter vida própria. O caráter de "conselho" perdeu o sentido (DEBONI e MELLO, 2007), o que motivou a denominação de "Coletivos".

Assim, por Coletivo Jovem entende-se os grupos informais de jovens, representantes ou não de organizações e movimentos de juventude, que têm como objetivo o envolvimento e a atuação com questões socioambientais, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas à melhoria da qualidade de vida.

Na concepção da Conferência, a proposição de alguns princípios buscou assegurar a crianças e jovens o exercício do diálogo e da participação, servindo como pilares para orientar o planejamento e a organização de atividades e ações. A enunciação desses princípios reforçou o compromisso com uma educação crítica, participativa, democrática e transformadora, voltada ao fortalecimento da cidadania ambiental nas escolas e comunidades.

Princípios da Conferência

- **Jovem educa jovem:** o processo educador pode e deve partir das experiências dos jovens, fortalecendo seu protagonismo enquanto sujeitos sociais que atuam aprendendo e aprendem atuando.
- **Jovem escolhe jovem:** reafirma-se o papel central do jovem na tomada de decisão relativa aos processos de escolha, sendo necessário para isso, que os jovens vivenciem experiências em que possam demonstrar suas potencialidades e talentos.
- **Uma geração aprende com a outra:** toda atuação social encontra-se dentro de um processo histórico e continuado, que propicia o acúmulo de conhecimentos construídos por distintos atores, em que diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender e esse diálogo é fundamental. (DEBONI e MELLO, 2007).

Além da criação dos Coletivos Jovens, decisivos na organização, legitimidade e

capilaridade da CNIJMA, e da Rejuma, que mantinha uma articulação entre os CJs e alcançava outros fóruns públicos importantes, como o Conselho Nacional da Juventude, esses princípios orientando o conjunto de iniciativas da Conferência e de seu entorno, motivaram a instalação e funcionamento de inúmeras Com-Vidas nas escolas de todo o país.

Fruto das deliberações de delegados(as) da 1ª CNIJMA, reunidas na Carta dos Jovens Cuidando do Brasil, foi criada a Com-Vida nas escolas. A Carta indicou a formação permanente de delegados por meio de ONGs e grêmios juvenis, motivando a juventude a colaborar com a implantação de Agendas 21 locais, como forma de valorização de seus espaços de participação em defesa do meio ambiente. Assim, desde 2003, o OG da PNEA tem estimulado a criação e a mobilização dessas comissões nas comunidades escolares, como elementos estruturantes na constituição de espaços educadores sustentáveis.

A principal consequência desse movimento, consubstanciado no tema da 4ª Conferência "Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis", foi a proposta de criação do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis, do MEC. Ela surgiu, de fato, do desafio lançado pelos próprios jovens e adolescentes presentes na 3ª Conferência, que propunham tornar as escolas brasileiras **espaços educadores sustentáveis.**

> ***A CNIJMA me fez enxergar além do horizonte, fortaleceu minha esperança no futuro, me fez ver o mundo com outros olhos e me deu uma família enorme, composta por pessoas maravilhosas que eu nunca havia visto, mas que estavam lá com o mesmo intuito que eu, ajudar a criar um país com escolas sustentáveis.***
>
> Júlia Tomaz Chaves, 16, Delegada na 4ª CNIJMA – Porto Velho/RO

A ideia era realizar reflexões e intensificar diálogos que apontassem caminhos nessa direção. Após um amplo processo de construção participativa e colaborativa, no âmbito do OG, com a contribuição de secretarias municipais e estaduais de educação, gestores de escolas, universidades, redes de educação ambiental e de outros ministérios, no ano de 2013 foi consolidado um texto para subsidiar a construção do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis, ampliando de três para quatro dimensões: **currículo, gestão, espaço físico e relação escola-comunidade.**

O Programa Dinheiro Direto na Escola, do MEC, concentrou o repasse de recursos, ao longo do ano de 2014, a projetos dessa natureza e desenvolvidos por escolas de todo o país.

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE "Escolas Sustentáveis" destina recursos financeiros a escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuam estudantes matriculados na Educação Básica, de acordo com dados extraídos do Censo Escolar, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares. Ele fornece assistência financeira para melhoria da infraestrutura física e pedagógica, reforço da autogestão escolar e elevação dos índices de qualidade da educação e apóia a implementação de projetos de ação, com vistas à criação de espaços educadores sustentáveis (Portugal, 2015).

Tabela 8 - NÚMERO DE ESCOLAS PARTICIPANTES POR UF

UF	I CNIJMA	II CNIJMA	III CNIJMA	IV CNIJMA
AC	86	86	104	71
AL	129	246	253	395
AM	141	141	160	288
AP	52	51	52	81
BA	1.321	295	465	1.728
CE	1.969	2.196	2.241	2.168
DF	85	55	62	48
ES	372	377	351	372
GO	751	384	263	245
MA	668	329	779	1.130
MG	1.612	774	513	801
MS	260	287	168	324
MT	245	125	147	144
PA	257	149	335	432
PB	420	327	195	579
PE	206	322	265	457
PI	395	639	611	733
PR	1.251	750	734	626
RJ	806	548	335	584
RN	366	433	442	371
RO	286	277	340	308
RR	100	102	98	65
RS	563	628	967	1.147
SC	689	590	284	1.266
SE	342	301	191	186
SP	1.761	747	850	1.621
TO	319	327	426	368
Total	**15.452**	**11.475**	**11.631**	**16.538**

FONTE: Arquivo digital CGEA/MEC, Relatórios Finais 2ª e 3ª Conferências e Base de Dados 4ª CNIJMA

Ação Afirmativa: Inclusão e Intercâmbio



Delegado indígena 4ª CNIJMA - 2013

Com a intenção de ampliar ao máximo a participação diversa na Conferência, foram propostas as "ações afirmativas", que garantiram este direito a estudantes de escolas situadas nas comunidades em que não existem os anos finais do Ensino Fundamental. Indígenas, quilombolas e de assentamentos foram incluídos, assim como, jovens pertencentes ao Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) – apenas na 1ª e 2ª CNIJMA - grupos em geral excluídos de processos majoritários.

A participação dessas comunidades buscava incentivar o respeito à diferença e à diversidade, valorizando os saberes tradicionais, a equidade de direitos, bem como o intercâmbio cultural.

A participação de escolas indígenas, quilombolas e do campo (...) aconteceu como parte de uma ação afirmativa da Conferência, para incentivar a participação de diferentes grupos culturais e étnicos, em geral muitas vezes excluídos de processos majoritários. É de extrema importância a participação dos povos originários do Brasil, visto que o que se propõe para o processo de transição na perspectiva de espaços educadores sustentáveis, fomentado pela IV CNIJMA, é também respeitar e incluir as tradições culturais, com respeito às diferenças e reconhecimento da importância destes povos e seus conhecimentos na história* do país. (MEC, 2013)

Parcerias com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com as Coordenações do MEC ligadas à Educação do Campo e Educação para a Diversidade, assim como o apoio de profissionais, especialistas e instituições ligadas a essas áreas, cumpriram função essencial à facilitação da interlocução com esses grupos.

A Tabela a seguir mostra que jovens de comunidades de assentamento rural, quilombolas e indígenas tiveram um aumento expressivo, em número absoluto, de representantes na 4ª Conferência, concentrando essa representação de populações do campo. Outro destaque é o número significativo de Escolas do Campo mobilizadas nessa edição.

Tabela 9 – ESCOLAS PARTICIPANTES NA CNIJMA COM AÇÕES AFIRMATIVAS

CONFERÊNCIA	Área de Assentamento	Quilombolas	Indígenas	Ribeirinhas/ Pescador/Caiçara	Deficientes	MNMMR	Escolas do Campo
I CNIJMA	134	6	46	59 (26/31/2)	29	7	-
II CNIJMA	52	43	110	-	-	34	-
III CNIJMA	48	28	22	-	-	-	-
IV CNIJMA	304	177	122	-	-	-	4.973

Fonte: Extraído da base de dados e relatórios das Conferências

* Incluindo, historicamente, a transição para sociedades sustentáveis, que poderá encontrar inspiração em *modus vivendi e operandi* dessas comunidades.

As ações afirmativas têm contribuído significativamente para que a Conferência mantenha uma proporcionalidade permanente de escolas rurais mobilizadas para a Conferência – em torno de 35% do total - conforme apresenta a próxima Tabela (9).

Tabela 10 – ESCOLAS URBANAS E RURAIS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA

CONFERÊNCIA	Urbanas	Rurais	Total
I CNIJMA	10.472	3.443	13.915
II CNIJMA	7.997	2.674	10.671
III CNIJMA	8.503	3.117	11.620
IV CNIJMA	11.565	4.973	16.538
CONFINT	-	-	87.258*

Fonte: Base de Dados e Relatórios das Conferências

A declaração de cor negra ou parda aumenta, proporcionalmente, nas 3ª e 4ª edições (Tabela 10 e Figura 3), possivelmente, pelo avanço das políticas públicas de valorização e inclusão social, inclusive nos processos de mobilização da Conferência, com as ações afirmativas.

Tabela 11 – PERFIL DE DELEGADO(A)S ELEITO(A)S– AUTODECLARAÇÃO DE COR E ETNIA

CONFERÊNCIA	Amarela	Branca	Indígena	Negra**	Total
I CNIJMA***	-	-	-	-	-
II CNIJMA	197	5.672	151	4.939	10.959
III CNIJMA	198	5.496	131	5.775	11.600
IV CNIJMA	212	7.719	165	8.431	16.527

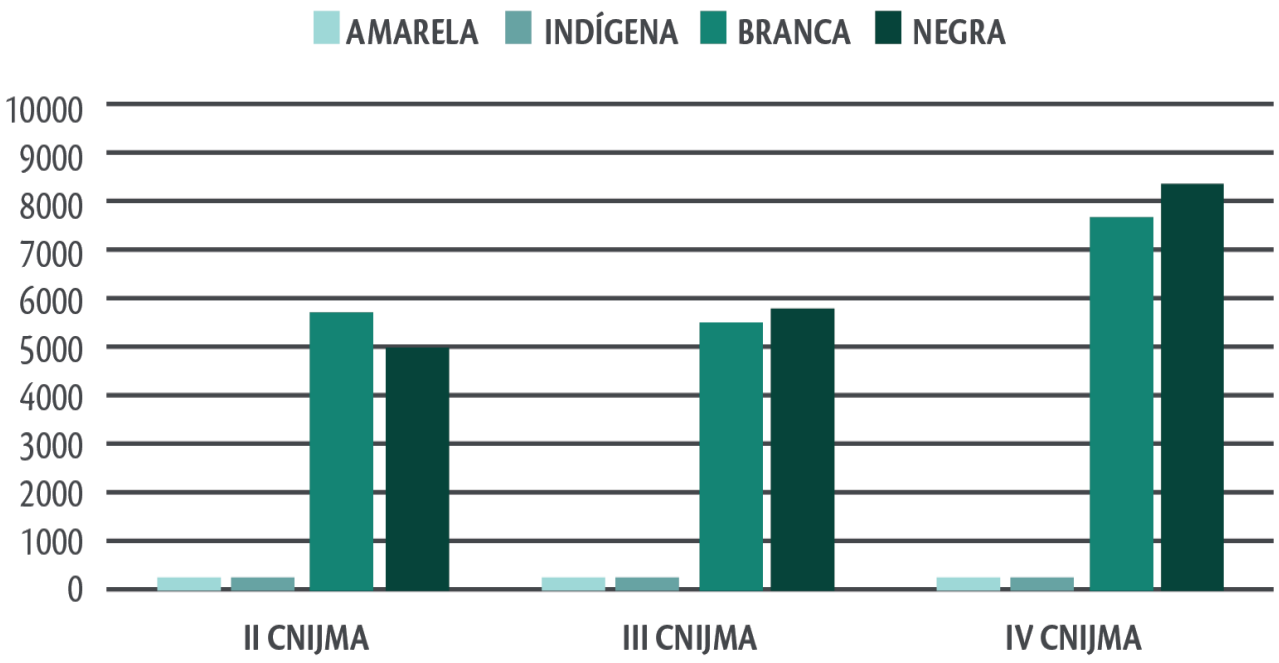
Fonte: Base de Dados e Relatórios das Conferências

* Essa distribuição entre escolas urbanas e rurais não pode ser confirmada na Confint porque apenas 39 países forneceram informações, sendo que 62 realizaram processos nacionais e 47 enviaram delegados.

** Negra é percentual de pretos e pardos somados.

*** O Relatório e a Base de Dados da 1ª CNIJMA não apresentam esta informação.

Figura 4 – AUTDECLARAÇÃO QUANTO A COR OU ETNIA



FONTE: Simone Portugal/Consultora MMA, 2014

Educomunicação



Grupo da Oficina de Educomunicação – 1ª CNIJMA - 2003

A educomunicação foi um conceito e, ao mesmo tempo, um recurso participativo e pedagógico presente em todas as Conferências, com a finalidade de oferecer aos jovens um maior repertório para a criatividade, expressão e diálogo, como alternativa instrumental de uso cotidiano.

O "Passo a Passo" de orientação à terceira Conferência (2008, p.23) caracteriza a educomunicação como:

- Resultado do encontro entre Educação e Comunicação;
- Utilização dos meios de comunicação para produzir comunicação como um direito humano de todos, independentemente de idade, gênero, origem ou condição social;
- Modo de educar as pessoas para que aprendam a se comprometer com os lugares de onde são;
- Intervenção social, isto é, um modo poderoso de agir diretamente nos tipos de relações que as pessoas estabelecem consigo mesmas e com os outros, bem como, de apoiar ações locais que busquem o bem comum.

Mas a educomunicação permite também que o jovem perceba a importância que os meios têm sobre a mensagem, e vice-versa, numa relação horizontalizada entre atores participantes e produção colaborativa de conteúdos, mediante recursos tecnológicos diversos, ou mesmo simplesmente o texto noticioso, o desenho ou ilustração de um cartaz. O conceito de educomunicação está ligado à criação de ecossistemas comunicativos em contextos de educação presencial ou virtual, formal, não formal ou informal de ensino e aprendizagem.

A Conferência Infantojuvenil tem utilizado essa prática também com a finalidade de incentivar uma nova relação do estudante com os recursos tecnológicos, bem como com a comunicação numa dimensão menos hierarquizada, mais democrática e crítica, em contraste com a comunicação de massa, muitas vezes monopolizada.

Trata-se de educar pela comunicação demonstrando, na prática, o campo simbólico da comunicação, que tem o poder de estabelecer fatos e contar a história pela enunciação, podendo informar, manter ou mudar a visão e ação diante do mundo e da sociedade.

Acompanhantes

De acordo com o Regulamento Nacional, para viabilizar a participação de delegados e delegadas na etapa nacional, cada grupo deveria ser acompanhado por adultos, membros das COE ou das CON (no caso da Confint), envolvidos no processo local (professores/as, técnicos/as das secretarias de educação e ou regionais de ensino).

Esses acompanhantes foram eleitos nas próprias Comissões, por seus pares, com o objetivo de zelar pela integridade física, moral e psicológica dos jovens, organizar e participar dos momentos da delegação e registrar esta participação na Conferência Nacional[11]. Além de participarem da etapa nacional, eles também realizaram um encontro preparatório, nos dias que antecederam a viagem, para planejar e orientar a ida da delegação.

11 O número de acompanhantes foi definido em função do número de delegados e delegadas, sendo que representantes indígenas e deficientes tiveram direito a um acompanhante individual para cada um, em todas as edições nacionais.

Facilitadores



Dança circular com facilitadores da 4ª CNIJMA - 2013

Os facilitadores foram jovens, com idade entre 15 a 29 anos, selecionados(as) em cada estado por seus pares dos Coletivos Jovens, para atuar nas atividades da etapa nacional em contato direto com delegados(as), tornando-se referência para os(as) estudantes.

Eles conduziram algumas atividades e apoiaram outras, mediaram discussões, Grupos de Trabalho, Oficinas, plenárias, sistematizaram resultados e deveriam zelar pelo cumprimento da metodologia proposta.

A intenção de trazer jovens para a facilitação foi manter os princípios "Jovem Escolhe Jovem", "Jovem Educa Jovem" e "Uma Geração Aprende com a Outra", transformando a Conferência em um espaço vivencial de participação, diálogo, construção coletiva e aprendizagem intergeracional.

> ***Um momento importante de interação com pessoas de diferentes culturas; permitindo-me participar de um movimento na busca do repensar da forma de desenvolvimento socioambiental brasileiro.***
>
> Omar Pinto Monteiro, 36, Facilitador na 1ª e 2ª CNIJMA – Aracaju/SE

Os jovens facilitadores cumpriram este papel nas quatro Conferências Nacionais (Tabela 10). Na Confint foram selecionados três perfis de jovens facilitadores:

- Facilitadores Internacionais: jovens que participaram dos processos de mobilização e facilitação das etapas locais e nacionais em seus países.
- Facilitadores Nacionais: jovens membros dos CJ.
- Facilitadores Técnicos: jovens com experiência em processos de conferência e com as metodologias das oficinas de educomunicação e temáticas, além de fluência total nos idiomas da Confint e perfil para apoiar as atividades de coordenação da metodologia.

Tabela 12 - NÚMERO DE FACILITADORE(A)S PARTICIPANTES POR EDIÇÃO DA CNIJMA

I CNIJMA	II CNIJMA	III CNIJMA	IV CNIJMA	CONFINT
52 CJ+ 6 jovens Congresso Mundial da Juventude	68 CJ Brasil 17 jovens latinoamericanos	80 CJ Brasil	54 CJ Brasil	22 CJ Brasil 47 internacionais

FONTE: Relatório Final da I, II, III CNIJMA e Confint e arquivos CGEA/MEC

Oficineiros e oficineiras

Os oficineiros(as) foram profissionais com experiência em processos formativos nas áreas temáticas das Conferências, responsáveis pela criação das oficinas e pelo seu acompanhamento na etapa nacional. Esses profissionais também contribuíram para o planejamento metodológico desta etapa e, nos dias que a antecederam, atuaram na formação dos jovens facilitadores, a fim de prepará-los para a condução das oficinas.

Os Encontros de Formação dos Jovens Facilitadores antecederam a etapa nacional nas quatro edições e tiveram como objetivo vivenciar a programação, metodologias e papéis da Conferência, para potencializar o trabalho dos jovens dos CJ e integrar a equipe, com foco na facilitação da Conferência Nacional. Outras questões abordadas nesses Encontros foram relativas à atitude e valores, postura, cuidados com a saúde, comunicação dialógica.

Com isso visaram também contribuir para o fortalecimento, a autonomia e a consolidação dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, enquanto grupos de articulação e ação de jovens na área socioambiental.

Para tal reafirmaram a ênfase na ação política transformadora, que busca fortalecer o sujeito pela ampliação e aprofundamento de seus talentos, capacidades e potencialidades.

Da História à Metodologia

A história descrita neste Caderno 1 resume os principais aspectos dessa primeira década da grande experiência que é a CNIJMA. A Conferência Internacional – Confint, juntamente com as quatro edições em âmbito nacional, com etapas realizadas nas escolas, nos municípios, nos estados e em Brasília, demonstraram que a CNIJMA, promovida pelo Órgão Gestor da PNEA (MEC-MMA), é muito mais que um evento pontual. Compreende, na verdade, uma diversidade de encontros e atividades tanto preparatórias quanto pós-conferência, que têm recebido a adesão de milhares de escolas, de estudantes, professores, bem como de dezenas de países e grupos de jovens no Brasil e no mundo, inclusive com novas edições realizadas na Europa, nos anos seguintes à Confint.

Mesmo com toda essa dimensão e complexidade, a Conferência tem assegurado a participação democrática de adolescentes e jovens, reconhecendo a importância de seu protagonismo e da conquista de uma cidadania ativa no campo socioambiental.

Para entender a mecânica e a dinâmica dessa grande mobilização, o Caderno 2, "Cada Pessoa é História em Construção", apresenta as diversas metodologias envolvidas em cada uma das fases e momentos desse longo processo.

Referências

BORGES, Carla. Espaços Educadores Sustentáveis. Salto para o Futuro. TV Escola. Ano XXI, Boletim 07. Junho de 2011. http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espaco-seducadoressustentaveis.pdf

BRASIL. Passo a Passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola. Brasília: MMA/ProNEA, 2003.

CGEA/MEC. Texto Explicativo sobre Conferência. Arquivo digital, versão 2, 2005.

_____. Organizando uma oficina de Conferência. Arquivo digital, 2005.

_____. Cópia de Patrocinadores e Parceiros II. Arquivo digital, 2005.

_____. Relatório referente ao treinamento e coordenação da equipe de jovens facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia da Conferência Nacional. Clóvis Henrique Leite Souza. Produto 3. Arquivo digital, 2006.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia Silva de. Pensando sobre a "geração do futuro" no presente: jovem educa jovem, COM-VIDAS e Conferência. In: TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia Silva de (Orgs.). Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/CGEA/MMA/DEA: UNESCO, 2007.

DOUNIS, Sumaya C. Projeto para execução dos produtos subsequentes: metodologia, instrumentos de pesquisa, estratégias de ação participativa, plano de trabalho detalhado, resultados esperados; Produto 1. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114129. Brasília: 2014.

_____. Sumaya C. Documento técnico contendo a consolidação dos produtos anteriores com uma linguagem adaptada e apropriada à publicação, sua ampla e imediata difusão. Produto 4. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114129. Brasília: 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRÁCIA Lopes, MELO Teresa e BARBOSA Neusa. Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação : escolas sustentáveis. Ministério da Educação, Secadi. Ministério do Meio Ambiente, Saic, Brasília: 2012.

MEC. Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Brasília: MMA/MEC, 2005.

_____. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) – NOVO. http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17456-comissao-de-meio-ambiente-e-qualidade-de-vida-com-vida-novo

_____. Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Relatório Final. Brasília, 2010a.

_____. Formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola. Ministério da Educação/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: MEC, 2004.

_____. Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Infanto_Juvenil_MA/caderno_propostas_1_conferencia_infanto_juvenil_meio_ambiente_1.pdf>. Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2003 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9913-relatorio-final-1-cnjima&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório da II Conferência Nac. Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2006 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9914-relatorio-final-2-cnjima&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2013

_____. Relatório da III Conferência Nac.Infantojuvenil pelo M. Ambiente/2009 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9916-relatorio-final-3-cnjima&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10/05/2016

_____. Relatório Final Confint. Brasília, 2010b.

_____. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: 24/05/2016 <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>.

_____. TV Escola. Espaços Educadores Sustentáveis. Salto para o Futuro. Ano XXI, Boletim 07. Junho de 2011.http://www.nuredam.com.br/files/documentos_mec/194055espacoseducadoressustentaveis.pdf

MMA. Conferência Nacional de Meio Ambiente/CNMA http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/i-conferencia

MOREIRA, Terezinha Aparecida. Documento técnico contendo estudo analítico sobre escolas sustentáveis, considerando a dimensão do currículo, da gestão e do espaço físico e enfocando experiências exitosas, políticas públicas existentes, lições aprendidas e indicações de ações capazes de realizar a transição da escola em direção à sustentabilidade socioambiental. Projeto: BRA/OEI/10/001. Brasília: 2014.

PORTUGAL, Simone. Documento técnico contendo o registro histórico das cinco edições da CIJMA (04 edições nacionais e 01 internacional) destacando e comparando as informações quantitativas e qualitativas em cada uma das versões realizadas; Produto 1. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114135. Brasília: 2014

_____. Simone. Documento contendo propostas de indicadores e estratégia de monitoramento das CNIJMA, com base em análise comparativa das edições das CIJMA, que permitam acompanhar, avaliar e fortalecer a institucionalização da CNIJMA, e diretrizes e recomendações para a próxima edição da CNIJMA; Produto 2. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114135. Brasília: 2015

_____. Simone. Documento técnico contendo a consolidação dos produtos anteriores, com uma linguagem adaptada e apropriada à publicação, sua ampla e imediata difusão; Produto 3. Projeto BRA/IICA/09/005. Contrato 114135. Brasília: 2015

ProFEA. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es)Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Série Documentos Técnicos 8. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006.

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental - Educação Ambiental por um Brasil Sustentável, ProNEA, Marcos Legais e Normativos, 4ª. Ed. Órgão Gestor da PNEA-MMA/MEC, Brasília. 2014.

SILVA, Marina. Potência e compromisso. Folha de São Paulo, Coluna Opinião. 06/04/2009, São Paulo.

Anexo

AS CARTAS DAS CONFERÊNCIAS

Carta Jovens Cuidando do Brasil

Deliberações da I Conferência Infanto-Juvenil

Apresentação da equipe organizadora

O que querem os jovens para o meio ambiente no Brasil? Para responder a essa pergunta, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Educação, desenvolveu um amplo processo participativo de Conferências do Meio Ambiente nas Escolas. A intensa mobilização atingiu estudantes e comunidades escolares de cerca de quatro mil municípios, envolvendo as escolas em um processo de educação ambiental sem precedentes.

Comissões organizadoras criadas nos estados e no Distrito Federal, compostas por múltiplos segmentos da sociedade e também por Conselhos Jovens, garantiram a ampla representação da juventude. Tal processo culminou na realização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em Brasília, que contou com a presença de delegados e delegadas de todos os estados da União e de jovens observadores internacionais.

A partir das propostas das escolas, cadastradas em banco de dados disponível para pesquisa pela Internet (www.propostasdasescolas.com.br), foi elaborado o documento "Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável", debatido pelos delegados durante a Conferência Nacional. As delegações priorizaram e qualificaram as dez propostas mais significativas para a juventude.

O resultado das discussões gerou produtos de educomunicação – spots de rádio, vídeo, jornal, uma apresentação multimídia e a carta Jovens Cuidando do Brasil, apresentada na íntegra nesta publicação, com mínimas correções ortográficas e gramaticais. A Carta, produzida de forma espontânea, não direcionada e respeitando o repertório conceitual de cada delegado, tem grandes virtudes, pois mostra as percepções e desejos dos jovens. Por um lado, ela traz algumas propostas de caminhos de como podemos transformar as iniqüidades e injustiças sócio-ambientais. Os jovens sugerem a valorização dos espaços de participação por meio da criação de ONGs, conselhos jovens nas escolas e grêmios juvenis; eles reafirmam a importância da implementação das agendas 21 locais e do desenvolvimento de diversos setores da sociedade, especialmente da mídia, dos cientistas, da escola e da comunidade como parceiros na superação dos desafios. Por outro lado, abrem caminhos para a adequação metodológica dos desdobramentos da Conferência de Meio Ambiente na Escola na direção de uma educação ambiental que contribua para construir a sociedade sustentável.

Algumas idéias apresentadas são recorrentes em vários temas, como, por exemplo, a da produção de arte na escola a partir da reciclagem de resíduos sólidos. Como esta ação constitui uma parte da política dos três R – reduzir, reutilizar e reciclar, depreende-se a necessidade de um trabalho com lixo que se inicie com uma revisão crítica dos hábitos e padrões de consumo. Vinculado a essa questão está o debate sobre o

direito do consumidor, que representa apenas uma face do direito à cidadania. Da mesma forma, o cultivo de hortas no ambiente escolar é apontado como atividade prioritária e já utilizada em muitas escolas. Se bem aproveitado pela comunidade de professores, alunos e seus familiares, pode se tornar um exercício bastante enriquecedor de educação ambiental, quando explorado de forma interdisciplinar, enfocando, por exemplo, a aprendizagem dos ciclos ecológicos, conceitos de nutrição e segurança alimentar, ou a produção e o consumo sustentáveis.

No que se refere à proteção dos recursos naturais, embora a forte demanda dos jovens aponte para mecanismos de controle, fiscalização e rigor no cumprimento da legislação, vale ressaltar que será preciso trabalhar cada vez mais conceitos de manejo fundamentados nos princípios da sustentabilidade para a conservação da biodiversidade, encarando-a como produtora de bens e serviços ambientais, capaz de gerar alternativas de trabalho e renda.

Ainda segundo os jovens, o conceito de educação ambiental, base de todos os debates, deve ser fortalecido. Para tanto eles sugerem a criação de uma disciplina no currículo escolar. Nesse caso, é importante esclarecer que a Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n.o 9.795, de 27 de abril de 1999, art 10o – estabelece que "A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Parágrafo 1o – A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino". Para os educadores e educadoras ambientais é importante que o meio ambiente permeie todas as disciplinas e esteja na base de uma nova visão de mundo. Além de mostrar a intenção da juventude, representada pelos quase quatrocentos estudantes presentes à Conferência Nacional, esta Carta revela que se abriu, com a Conferência na Escola um amplo caminho de inserção permanente da educação ambiental na pauta da comunidade escolar, que por sua vez é a porta de entrada de milhares de comunidades espalhadas por este imenso país.

Com a Conferência Infanto-Juvenil insere-se, portanto, um novo e inédito espaço de debate político nas escolas. As demandas da juventude presentes nesta carta legitimam e estimulam uma ação de continuidade da Conferência. Esta ação deverá ser implementada por uma iniciativa que estamos chamando de Vamos Cuidar do Brasil, voltado ao adensamento conceitual nas escolas, e que contribua para instaurar uma ética ecológica que, conforme foi deliberado pelos jovens, promova transformações para a proteção, a recuperação e a melhoria sócio-ambiental.

Jovens cuidando do Brasil

Introdução

Estamos elaborando este trabalho para mostrar à sociedade o que está acontecendo com o meio ambiente e com o Brasil, para que todos se mobilizem e tentem mudar a realidade de hoje. A Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente chegou aos estudantes com o principal objetivo de alertar o Brasil para os problemas ambientais presentes em nosso cotidiano. Teve a participação de 15.148 escolas, com quase 6 milhões de pessoas. Marcaram presença escolas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, de assentamento, de pescadores e de portadores de necessidades especiais, entre outras, somando cerca de 300 unidades.

A Conferência de Brasília contou, ainda, com a participação de cerca de 400 delegados de todo o país.

A notícia chegou às escolas em meados de setembro de 2003. Foram promovidas miniconferências de meio ambiente, nas quais os alunos elaboraram propostas, enviadas em seguida ao Conselho Jovem do Estado.

Cada estado selecionou 14 delegados para a Conferência Nacional em Brasília. A carta expõe propostas consideradas prioritárias pelos delegados e delegadas e contém informações sobre os problemas do meio ambiente, bem como nossas soluções. É direcionada a toda a sociedade (empresas, ONGs, governos, comunidades, escolas etc.). A expectativa de todos é mobilizar a população para o que ocorre no país.

Se você está satisfeito com a realidade do país não vire a página.

Água

São muitos os problemas referentes à água em nosso país. Entre eles, é válido ressaltar: o desperdício, inclusive nas descargas sanitárias; a carência de saneamento básico; a poluição dos rios; a falta de informação, conscientização e compromisso por parte da população, bem como de apoio dos órgãos públicos, principalmente no que diz respeito à disponibilização de verbas, fiscalização das áreas de preservação ambiental e tratamento mais efetivo com relação às punições aplicadas aos infratores ambientais. Pensando nesses problemas, propomos:

Proposta 1

Formular um plano de ação para conscientizar a população da necessidade de preservação da água. O plano deverá envolver os órgãos públicos, empresas, comunidades, escolas e universidades, utilizando os meios de comunicação (jornais, revistas, TV e rádio) e formas artísticas em geral (filmes, peças, músicas, palestras e passeatas).

Inúmeras sugestões poderiam ser dadas. Contudo, destacamos a necessidade urgente do estabelecimento de estreita parceria entre população e governo, visando à melhoria da qualidade de vida para todos, além do real cumprimento das leis ambientais.

Para tanto, sugere-se: a criação de um site de divulgação dos problemas ambientais; a cobrança de impostos para o desperdício de água; o uso da mídia como importante mecanismo de informação e comunicação; o monitoramento do uso das águas por parte dos órgãos públicos competentes; o aumento das campanhas de conscientização; a preservação das nascentes; o reflorestamento das matas ciliares; a mobilização da comunidade contra o desmatamento; a inclusão dos órgãos privados na luta pela preservação da água; a produção

de materiais em braile; campanhas informativas sobre os incalculáveis prejuízos do lixo radioativo nas águas; e o envolvimento de maior número de ONGs e instituições educacionais na sensibilização e mobilização da sociedade em relação à preservação das águas.

Nós, jovens e adolescentes, podemos multiplicar os delegados formando ONGs juvenis, uma vez que tendo como objetivo dar continuidade às propostas apresentadas na Conferência, os próprios jovens podem tomar muitas iniciativas, como criar mutirões de limpeza e procurar ajuda da sociedade e dos órgãos públicos e privados para a solução dos problemas que se apresentam.

Outra ação que pode ser feita pelos jovens é pedir ajuda aos protetores ambientais e à mídia. Eles são importantes aliados nessa luta pela conscientização da população sobre a necessidade de preservarmos a água para garantir nossa própria sobrevivência e a sobrevivência das gerações futuras.

Proposta 2

Criar um programa nacional chamado SEDE ZERO, estabelecendo prazos e metas prioritárias, com enfoque para a erradicação de problemas causados pela falta de saneamento básico, para campanhas efetivas de conscientização sobre o uso da água e para a realização de mutirões de limpeza dos rios e córregos.

Para isso, precisamos divulgar os problemas relativos à água e projetos contra o seu desperdício, para que haja uma sensibilização maior. A preservação das nascentes com a conservação da mata ciliar e a mobilização contra o desmatamento são formas de manter a água limpa. E mais: precisamos de fiscalização e punição rigorosas, fazendo cumprir as leis. Nesse trabalho podem ser criadas redes de voluntários para atuarem na área ambiental junto à comunidade. Criar um projeto para tratamento da água da chuva, a partir de redes de reutilização.

Quanto aos municípios, criar grupos de fiscalização e uma cota de consumo de água. Além disso, organizar cursos para que o jovem aprenda a cuidar mais da água, combatendo a corrupção. O auxílio pode vir dos governos, órgãos públicos, ONGs e escolas, que devem analisar mais os temas. A população ajudando, fazendo a sua parte. O auxílio pode vir também dos cientistas, trabalhando para encontrar formas de reverter a poluição do subsolo por agrotóxicos, bem como dos rios pelos esgotos, encontrando formas para resolver esses problemas, além de fazerem o monitoramento da qualidade da água.

As empresas privadas também podem fornecer auxílio, não poluindo o meio ambiente e participando de projetos de conscientização apoiados pela mídia. Cada um deve fazer a sua parte, criando grupos de jovens, promovendo passeatas, palestras e campanhas educativas nas escolas e na comunidade. Nós, adolescentes, também devemos economizar água e não poluir, preservando o que nos resta de água potável.

Mensagens aos jovens

Nós, delegados representantes de todos os jovens, deixamos o alerta de que o futuro deste planeta está em nossas mãos. Por isso, lutem pelo meio ambiente e pelos recursos hídricos! Só depende de nós. Façam com que essa delegação de defensores se amplie. Participem! Somos adolescentes, somos o futuro do meio ambiente.

Escola

Devido à falta de empenho do governo na disponibilização de verbas para a manutenção e construção de novas escolas capazes de formar cidadãos críticos, encontramos péssima qualidade de ensino no país, que se re.ete nos índices de violência, fome e desemprego. Outra questão é a ausência de coleta seletiva nas escolas, onde a má utilização do lixo também pode ser in.uenciada pela falta de alerta dos pais e do trabalho de conscientização da própria escola. Propomos:

Proposta 1

Criar escolas em todas as comunidades para formar cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e obrigações, diminuindo o índice de desemprego, violência e fome, e deixando o meio ambiente com saúde, pois entendemos a educação como a base de tudo na vida do ser humano. Para a realização da proposta referente à criação de escolas em todas as comunidades, é necessário que haja incentivo do governo junto à população, o que resultaria em escolas com professores quali.cados para trabalhar com

jovens, além de melhorias no lazer e na alimentação dos alunos. Para fortalecer o conceito de educação ambiental, fundamental na formação de cidadãos críticos, é importante a criação de uma matéria especí. ca relacionada ao meio ambiente.

Desenvolvendo um projeto de coleta seletiva e reciclagem do lixo produzido nas escolas, nas comunidades e na zona rural de todo o país, e reutilizando o material orgânico como fertilizante na horta escolar e o inorgânico como matéria-prima para as oficinas de arte, o lixo, além de ser reutilizado, deixa de poluir, ajudando ainda na conscientização.

Proposta 2

Desenvolver um projeto de coleta seletiva e reciclagem do lixo produzido na escola, reutilizando o material orgânico como fertilizante na horta escolar e o inorgânico como matéria-prima para oficinas de artes.

Em relação à reciclagem, precisamos ter locais na escola onde possamos trabalhar, transformando o lixo orgânico (por meio da compostagem) em adubo para a horta escolar e o inorgânico em matériaprima para as aulas de arte. O governo, por intermédio da parceria com ONGs, deveria promover campanhas para incentivar a instalação de hortas nas escolas e capacitar professores para o processo de reutilização do lixo em forma de arte.

Nós, jovens, podemos formar mutirões para a reutilização do lixo. Sermos exemplos e começarmos por nossas próprias atitudes. Devemos nos comprometer em realizar projetos que tenham resultados positivos.

Também podemos contribuir para a melhoria do ensino em nosso país. Para isso, seria necessário maior empenho e respeito com as nossas escolas. Temos que preservar o ambiente escolar e criar grêmios estudantis para estarmos presentes nas decisões. Todos os jovens devem se mobilizar, pois assim estaremos colaborando com o bem-estar de todos.

Mensagens aos jovens

Nós, jovens, devemos nos organizar para a construção de projetos, em que possamos, juntos com a população e os órgãos responsáveis, nos responsabilizar pelo bem-estar do nosso patrimônio. Com respeito à construção de escolas qualificadas para a formação de cidadãos críticos, onde tenhamos o direito de nos alimentar e ter um espaço para o lazer e a criação de arte com materiais recicláveis, devemos estar à disposição para cobrar e também fazer a nossa parte.

É dever de cada um lutar por nossos direitos e saber quais são nossas obrigações. Tudo isso com o objetivo de ter escolas dignas e capazes de formar bons cidadãos.

Seres vivos

Dentre os maiores problemas entre os seres vivos está o desequilíbrio ecológico causado pela extinção de animais e pela caça predatória, dando prosseguimento ao prejuízo da biodiversidade. A falta de investimento dos órgãos de fiscalização ambiental gera então um cumprimento inadequado da lei, não havendo, assim, a aplicação correta das penas. Um exemplo disso é a baixa ocorrência do pagamento obrigatório de multas aplicadas a empresas poluentes, que poderia ser retribuído com ações que reduzissem a destruição ambiental cometida por elas. O desenvolvimento de tecnologias que prejudicam o meio ambiente, a falta de conhecimento e de informações sobre educação ambiental e o desmatamento das matas ciliares e nativas de cada região do Brasil são os fatores que mais afetam os seres vivos.

Proposta 1

Vamos cuidar dos seres vivos – evitar as queimadas, reflorestar áreas desmatadas, criar parques de proteção ambiental, proteger espécies em extinção, cumprir a lei dos crimes ambientais, com penas mais rigorosas para a biopirataria, tráfico de animais silvestres, pesca predatória e indústrias que se bene.ciam do contrabando de peles de animais silvestres e de madeira.

Os elementos fundamentais para um meio ambiente melhor são os órgãos fiscalizadores, mas como eles não podem estar sempre em todos os lugares, necessitamos de grande união entre órgãos ambientais, ONGs ambientalistas, mídia, comunidade, secretarias e ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. É importante o patrocínio especial de pequenas e grandes empresas junto à segurança de órgãos florestais, assim como a criação de conselhos jovens nas escolas. Para assegurar proteção especial aos seres vivos, deve-se ampliar a segurança ambiental já existente para os animais silvestres, prendendo os infratores que atuam na venda ilegal, ou seja, na biopirataria. A população também poderia se conscientizar por meio de cartilhas de braile, programas com tradução para libras etc. A comunidade e o município poderiam elaborar um projeto de coleta seletiva que se tornasse lei e fosse capaz de combater a poluição.

Nós, jovens, podemos ajudar, sensibilizando as pessoas com informações sobre a forma de reciclar o lixo nas escolas e como fazer cooperativas de reciclagem. Podemos também adotar movimentos ambientalistas nas escolas, juntamente com ONGs, com a participação de portadores de necessidades especiais. Mas, para fazer tudo isso, temos primeiro que conhecer, amar e saber a falta que a natureza pode fazer aos seres vivos.

Proposta 2

Primeiro, aprimorar órgãos que fiscalizem as florestas em relação ao desmatamento e ao tráfico de animais; segundo, multas para empresas que poluírem as águas, ou até o fechamento dessas empresas, se continuarem poluindo; terceiro, fazer um trabalho de conscientização com a população mediante propagandas, encontros etc.

Com o apoio do governo federal, de órgãos locais, do Ministério do Meio Ambiente, de entidades de ensino, de multinacionais, da mídia, empresas especializadas e vigilância sanitária, de guardas florestais e, acima de tudo, com a união das associações de bairros e condomínios, numa forma de cobrança e fiscalização.

Para que tudo isso aconteça, devem ser realizados trabalhos com o Exército e as demais Forças Armadas, dando incentivo à criação de uma polícia ambiental para proteção da biodiversidade. Também é possível reflorestar com plantas nativas em extinção, criando reservas naturais com a ajuda de empresas, incentivando outros a fazerem o mesmo. Colocar em prática as leis já existentes com a ajuda de intercâmbios, trocando idéias entre países.

É importante desenvolver com os alunos um trabalho de conscientização sobre assuntos relacionados aos seres vivos, com o apoio da comunidade, para que se tornem cidadãos responsáveis.

Cada jovem pode ajudar a desenvolver o ecoturismo da sua localidade, com o apoio do governo.

Com a comunidade podemos fazer pequenas ações como plantar árvores e incentivar a diminuição da biopirataria.

Mas não basta só falar, temos que agir.

Mensagem aos jovens

O meio ambiente tem que ser preservado para que nós, jovens, possamos ter um futuro saudável. Cabe-nos denunciar as agressões aos seres vivos e lutar pela sua proteção.

Comunidade

Os maiores problemas apontados foram a falta de saneamento básico, o precário atendimento pela rede de saúde e a má estruturação da rede de esgotos, que muitas vezes correm a céu aberto. Por esses e outros motivos a população acaba ficando doente, procurando os postos médicos sem receber atendimento necessário. Isso prejudica a qualidade de vida. Significa, também, desperdício de dinheiro, que deveria ser utilizado na construção de aterros sanitários e de lixões, que podem gerar empregos para aqueles que necessitam de ajuda.

As nossas propostas dependem da comunidade e, por isso, todos devem ajudar. Então, propomos:

Proposta 1

O maior problema apontado foi a falta de saneamento básico, com reflexos na saúde da população, que não consegue atendimento eficaz na precária rede de saúde existente. São necessárias obras de ampliação das redes de esgoto, de fornecimento de água e de saúde.

A boa distribuição de verbas facilita o trabalho contínuo da estação de tratamento do esgoto e a criação de novas redes de saúde. As empresas, ONGs, mídia, população, Ministério da Saúde e a juventude podem colaborar com a Agenda 21, fazendo com que a população se envolva e lembrando que a sensibilização não deve ser apenas para alguns, mas para todos os cidadãos. O governo pode ajudar incentivando a criação de projetos elaborados pela comunidade e dando continuidade a esses trabalhos.

São necessários mutirões, passeatas, incentivo aos jovens na área de trabalho e até mesmo criação de ONGs para adolescentes.

Não é preciso saber para fazer e sim para saber que somos capazes.

Proposta 2

O problema da nossa comunidade é o que fazer com o lixo. A solução é a conscientização da sociedade para a importância da coleta seletiva e a busca de parceiras com as autoridades locais para a reciclagem de todo o lixo produzido, gerando empregos.

O governo pode ajudar criando campanhas de conscientização, utilizando-se a mídia, construindo um local de reciclagem com máquinas apropriadas, protegendo os trabalhadores do lixão (principalmente crianças) e fundando cooperativas para produzir produtos a partir do lixo. Estas servirão não só para a reciclagem, mas também para a geração de empregos.

O que ainda pode ajudar é a realização de excursões para conhecer realidades relacionadas ao lixo, colaborando com a conscientização.

O governo deveria incentivar empresas e pessoas que queiram investir no problema do lixo, além de criar centros comunitários que pensem coletivamente nos problemas da comunidade.

A escola, por meio dos professores, contribuiria com essa questão ao conscientizar os alunos sobre a importância da educação ambiental. Para isso, poderia abrir nos finais de semana realizando oficinas de aprendizagem e transformando lixo orgânico em adubo para as hortas escolares.

Professores participariam levando seus alunos a locais onde haja coleta seletiva ou trabalho com reciclagem.

Mensagem aos jovens

Nós, jovens, somos o futuro do Brasil. Para cuidar bem do país, precisamos colaborar primeiramente com a nossa comunidade. Podemos expandir a consciência ambiental, além de fiscalizar o cumprimento das leis da área do meio ambiente.

Alimentos

Fazendo o diagnóstico da situação dos alimentos no Brasil, podemos observar alguns problemas que afetam a sociedade brasileira em pontos diferentes. São eles: desperdício, falta de informação nas escolas sobre a questão dos transgênicos, contaminação por agrotóxicos, falta de vigilância sanitária, falta de alimentos nas regiões pobres, má distribuição de renda, ausência de hortas comunitárias e escolares, merenda escolar inadequada, falta de conscientização dos comerciantes em relação à venda e à conservação dos produtos, pouca mobilização dos jovens e falta de integração da comunidade.

Proposta 1

Implantação de horta comunitária com participação de toda a comunidade, visando à melhoria da merenda escolar e ao crescimento do aluno como ser crítico e agente transformador da sociedade. Para a criação de hortas comunitárias seria preciso introduzir a educação ambiental nas escolas, além de que a comunidade, juntamente com os jovens, esteja preparada para o cultivo de alimentos. Necessitamos de incentivos por parte do governo no sentido de ceder locais apropriados, além de instrutores qualificados para a coordenação de projetos. Mutirões e doações seriam realizados, pois sem a mobilização da comunidade não chegaremos a lugar algum. Também é importante ressaltar que as comunidades mais carentes devem ter prioridade na realização das hortas.

Propostas 2

Criação da Semana Nacional de Vigilância Sanitária e Cidadania Estudantil. Deverá ser escolhida uma semana em que todos os alunos visitariam feiras livres, supermercados, mercearias, açougues e afins, verificando a qualidade dos alimentos e os prazos de validade. No caso de serem constatadas irregularidades, informariam aos órgãos responsáveis para procederem às orientações e/ou autuações.

O objetivo dessa semana é educar a criança e o adolescente para a prática da cidadania, uma vez que é direito do cidadão lutar pela qualidade de vida, além de fazer valer seu direito de consumidor. A principal preocupação que levou à elaboração dessa proposta foi a falta de higiene na venda de alimentos e a preocupação dos consumidores em relação à qualidade daquilo que consomem. Ocorre a falta de conscientização do comerciante e, com isso, o desrespeito ao consumidor.

Nas escolas, essa questão poderia ser mais trabalhada, de modo que os alunos levassem mais informações para a comunidade.

A má distribuição dos alimentos e da renda causa a desnutrição infantil, prejudicando a saúde das pessoas, que muitas vezes não conseguem o atendimento necessário.

A Semana Nacional de Vigilância Sanitária e Cidadania Estudantil deve ser obrigatória e incluída no

calendário escolar, para que os alunos qualificados possam exercer o papel de fiscalizadores no comércio, como mercados, feiras e outros.

Esses alunos, utilizando-se dos meios de comunicação, deverão trabalhar com campanhas de sensibilização voltadas para a comunidade.

Mensagens aos jovens

Depois de tudo isso, todos nós, jovens, percebemos a importância dos alimentos em nossas vidas, porque sem eles não temos meios de sustentabilidade e vida saudável. Um dia a raça humana poderá receber os reflexos da má administração da alimentação em nosso cotidiano.

Conclusão

Esperamos que sejam cumpridas todas as reivindicações das propostas apresentadas. Aguardamos que os jovens continuem sua luta em defesa do meio ambiente. E aqueles que não conhecem o assunto, que procurem entender o que o meio ambiente significa para sua vida.

Pedimos ajuda ao Legislativo para que abrace essa campanha e discuta as leis que bene.ciam o meio ambiente. Queremos dizer que as leis devem ser cumpridas e que nós vamos cobrar. Acreditamos que a mídia tem grande peso sobre a Conferência e pedimos colaboração para continuarmos conscientizando a população.

Agradecemos aos promotores da Conferência, que deram oportunidade aos jovens para demonstrar a sua força e união. Gostaríamos de ter outros espaços como este para sermos ouvidos. Queremos continuar fazendo nossos agradecimentos ao Coletivo Jovem, à Comissão Organizadora Estadual, aos apoiadores e facilitadores da Conferência, aos governos etc. A motivação é importante. Esperem as reações, pois jovens unidos jamais serão vencidos.

"Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio, que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro."
(provérbio indígena)

Carta das Responsabilidades – Vamos Cuidar do Brasil

II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Somos jovens do Brasil inteiro envolvidos no processo da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades. Esta carta carrega as ideias coletivas de 12 mil escolas e comunidades de todo o país que realizaram suas Conferências em 2005, com os desejos de 4 milhões de pessoas.

Este é um meio de expressar nossas vontades e nosso carinho pela vida e sua diversidade. Compreendemos que sem essa diversidade o mundo não teria cor. Encontramos caminhos para trabalhar temas globais, complexos e urgentes: Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Segurança Alimentar e Nutricional e Diversidade Étnico-Racial. Queremos sensibilizar e mobilizar as pessoas para juntos

encararmos os grandes desafios socioambientais que a nossa geração enfrenta.

Para cuidarmos do Brasil precisamos de sua colaboração. Estamos fortalecendo as ações estudantis e nos unindo nas COMVIDAS

- Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente e em tantos outros grupos. Compartilhamos a responsabilidade com os governos, empresas, meios de comunicação,

ONGs, movimentos sociais e culturais, além de nossas comunidades.

Assim, assumimos estas responsabilidades:

1. ***Divulgação da informação e ampliação dos conhecimentos por meio da educação ambiental.***

Criaremos grupos de intercâmbio para realizar palestras, seminários, campanhas, pesquisas e apresentações culturais de jovens para jovens e de jovens para adultos. Iremos proteger e valorizar o local em que vivemos e suas culturas com a produção e apropriação de diversas linguagens de comunicação descontraídas e criativas.

2. ***Proteção e valorização da biodiversidade.***

É necessário manter a vegetação nativa dos nossos biomas, protegendo a existente e recuperando áreas degradadas no campo e nas cidades. É importante reflorestar matas ciliares, construir viveiros e sementeiras para o cultivo de plantas nativas.

3. ***Transformação das cidades, comunidades e escolas em espaços ambientalmente saudáveis.***

Vamos unir forças com toda a comunidade escolar para arborizar as escolas e bairros com espécies frutíferas e criar hortas, pomares, praças, parques e jardins.

4. ***Diminuição da produção de lixo praticando os 5 Rs: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.***

Vamos repensar os modos de produção e as reais necessidades de consumo, recusar descartáveis, optar por produtos reciclados, praticar a separação do lixo para apoiar a coleta seletiva e criar adubos a partir da matéria orgânica. Iremos incentivar as cooperativas e exigir o apoio das prefeituras.

5. ***Redução da emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global.***

Praticar a carona solidária e incentivar o uso de transporte coletivo e bicicletas. Estimular a utilização de energias alternativas como solar, eólica e biodiesel.

6. ***Prevenção do desmatamento e das queimadas.***

Iremos pesquisar e dialogar sobre práticas sustentáveis com os fazendeiros e agricultores: uso e manejo do solo e das florestas, o que contribui para a redução do aquecimento global. Organizaremos mutirões de distribuição de sementes nativas, campanhas publicitárias, fóruns e caminhadas ecológicas.

7. ***Respeito, entendimento e reconhecimento da diversidade cultural.***

Promover eventos para a socialização das culturas e etnias. Garantir a visibilidade e a prática das leis que incluem a história de outras culturas no conteúdo escolar, como a afro-brasileira. Divulgar pela mídia o valor das diversas culturas.

8. ***Valorização da produção e do consumo de alimentos naturais e orgânicos.***

Precisamos mudar nossos hábitos alimentares para a escolha de alimentos saudáveis; sensibilizar agricultores para práticas de cultivo com adubos orgânicos e inseticidas naturais; e dizer não para o plantio e o consumo de transgênicos.

9. ***Reeducação alimentar respeitando os hábitos dos povos.***

Elaboração de projetos de segurança alimentar como: cardápio escolar balanceado, resgate e socialização de conhecimentos tradicionais, receita de alimentos saudáveis e hortas escolares.

Convidamos você para cuidar do Brasil! (Luziânia (GO), 26 de abril de 2006).

Carta das Responsabilidades para o Enfretamento das Mudanças Climáticas Globais

III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Somos jovens estudantes de diferentes regiões do Brasil na III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Pequenos guerreiros da paz com o mesmo propósito e o mesmo desejo: cuidar do Brasil, mobilizando a população brasileira sobre as mudanças ambientais globais.

Reconhecemos o panorama ambiental nacional e nos comprometemos a lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais.

Para isso, junto com milhares de escolas e comunidades em todo o país, assumimos as seguintes responsabilidades:

1. ***Preservaremos as nascentes e margens dos rios, protegendo as matas ciliares existentes e recuperando as que estão degradadas.***

2. ***Praticaremos e promoveremos os 5"R": refletiremos sobre os processos de produção desde a matéria prima até a distribuição e o descarte; recusaremos produtos que causem danos ao meio ambiente e à nossa saúde; reduziremos o consumo e a geração de lixo; reutilizaremos, sempre que possível e reciclaremos, quando necessário.***

3. ***Sensibilizaremos e estimularemos as escolas e comunidades para que economizem energia e utilizem fontes limpas, econômicas, acessíveis e renováveis. 4. Distribuiremos e plantaremos mudas e sementes para arborizar nossas escolas, ruas e comunidades.***

4. ***Diminuiremos o uso de sacolas plásticas e adotaremos as biodegradáveis, reutilizáveis e embalagens retornáveis na nossa comunidade.***

5. ***Junto com a comunidade escolar, denunciaremos as queimadas, as irregularidades do lixo urbano e qualquer ação que degrade o meio ambiente, propondo, quando necessário, ações corretivas aos órgãos competentes.***

6. ***Somaremos esforços e experiências, repensaremos os modos de utilização da água e desenvolveremos novos valores e atitudes sustentáveis no cotidiano.***

7. ***Mostraremos à comunidade a importância de reduzir os transportes poluentes,***

incentivaremos e cobraremos o investimento do governo em transporte público ecológico, assim minimizando a emissão de gases que intensificam o aquecimento global.

8. ***Disseminaremos conhecimentos para que os estudantes e a comunidade protejam e conservem o planeta, sensibilizando-os sobre as consequências do aquecimento global e sobre as possíveis soluções.***

Nós, jovens brasileiros estamos unidos e contribuindo para cuidar do planeta. Esse é o nosso compromisso. Pedimos o total apoio da sociedade brasileira: autoridades, poder público, movimentos sociais, ONGs, escolas e comunidades para que essas responsabilidades sejam cumpridas. Vamos cuidar do Brasil? Junte-se a nós! (Luziânia/GO, abril de 2009)

Carta das Responsabilidades – Vamos Cuidar do Planeta

Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Nós, jovens de todo o mundo e delegados desta Conferência Internacional, convidamos você a compartilhar conosco a responsabilidade de cuidar do Planeta. Esta Carta, criada pela união de 53 países, representa responsabilidades e ações vindas de diferentes nações, com diversas culturas, idiomas e sociedades.

Todos conhecemos os problemas ambientais que nosso Planeta enfrenta. Algumas pessoas dizem que o dinheiro é a solução, outras pensam que é a inteligência. Mas na verdade o dinheiro não importa quando mais de 400 meninos e meninas se reúnem para cuidar do seu lar.

Um lar que tem sido degradado ao longo do tempo e que tem um futuro instável e incerto.

Se queremos nos proteger das mudanças ambientais, precisamos assumir responsabilidades e ações.

Se não for agora, então quando? Se não formos nós, então quem?

Responsabilidades e ações

1. ***Sensibilizar e informar as pessoas sobre o uso eficiente e responsável da água, energia e recursos biológicos e minerais, melhorando os hábitos de consumo, nossos e de todos.***

Reduzir o consumo de energia, desligando os equipamentos elétricos que não estejam sendo usados, utilizando transportes sustentáveis e usando energias renováveis como uma alternativa para diminuir emissões de gases causadores de efeito estufa.

Incentivar o armazenamento e reutilização da água sempre que possível, conscientizando as pessoas sobre o uso racional da água por meio de campanhas publicitárias, revistas escolares e eco-clubes.

2. ***Reduzir, a fim de deter, a poluição da água, com o apoio e a ação de governo, empresas, agricultores e outros.***

Conscientizar sobre a contaminação da água através dos meios de comunicação a nosso alcance de forma interativa e dinâmica, adaptando-os às realidades e ao contexto de cada comunidade.

Plantar árvores nas margens dos rios para protegê-los, contando com o apoio ativo do governo, ONGs, organizações comunitárias e empresas e colocar cartazes com indicações para não jogar lixo.

3. ***Informar e estimular as pessoas para que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, por meio do uso de todas as energias renováveis acessíveis e disponíveis, contando com o apoio do governo, quando possível, em ações executáveis que todos nós possamos colocar em prática.***

Fazer manifestações públicas para estimular o uso de energias renováveis, evitando o aumento da poluição e as mudanças climáticas, lutando por apoio político e financeiro.

Organizar atividades criativas, práticas, educacionais e relacionadas ao uso adequado de energias renováveis ecoeficientes em cada uma de nossas comunidades para disseminar conhecimento sobre a difusão de alternativas sustentáveis.

Pressionar os governos para estabelecer impostos progressivos diretamente relacionados à poluição emitida por diferentes empresas.

4. ***Estimular uma agricultura sustentável, consciente e menos impactante social e ambientalmente, sem agrotóxicos e transgênicos, promovendo a educação no campo para colocar em prática formas mais eficientes do uso dos recursos, garantindo a segurança alimentar e, em alguns países, evitando queimadas durante a preparação dos campos.***

Difundir alternativas e informações sobre as conseqüências do uso de agrotóxicos e transgênicos a produtores e consumidores, informando-os sobre a importância da agricultura ecológica e o consumo de produtos orgânicos.

Realizar seminários e campanhas públicas para a educação de crianças sobre tecnologias na agricultura e respectivos impactos ambientais.

Militar a favor de uma distribuição equilibrada e racional dos recursos alimentares de modo a garantir a segurança alimentar e erradicar a pobreza extrema. Consumir produtos alimentares locais estimulando a economia sem exploração social.

5. ***Cuidar do meio ambiente, fortalecendo e aprofundando projetos educacionais, investindo na participação dos jovens e em sua capacidade de decisão, informando-os sobre a educação ambiental, exigindo que seja respeitada, transformando comunidades e escolas em comunidades de aprendizagem.***

Formar grupos de estudantes envolvidos com o meio ambiente que implementarão a educação ambiental nas escolas por meio de projetos ambientais, envolvendo imprensa, universidades e toda a comunidade.

Estar constantemente atualizado no que diz respeito à situação socioambiental do nosso planeta para que possamos educar por meio de nosso próprio exemplo e implementar ações concretas que colocarão a nossa ideologia em prática e, assim, formar uma corrente sem fronteiras para transmitir a mensagem ambiental.

Criar uma grande organização juvenil que possa organizar formas de pressionar o governo, empresários e outros por meio de manifestações, petições, sensibilização e engajamento político.

Fortalecer e aprofundar projetos educacionais pela mídia, tecnologias, oficinas e várias atividades práticas ao ar livre e em centros educacionais.

6. ***Criar grupos ecológicos junto às comunidades que protejam, preservem e valorizem a biodiversidade, cuidando dos ecossistemas e contribuir para a sustentabilidade da biosfera, reduzindo o desperdício e usando os recursos naturais de forma racional.***

Cooperar com organizações juvenis para que juntos consigamos pressionar o governo; realizar campanhas

informativas, tais como manifestações, petições, campanhas de sensibilização, conferências e redes sociais e virtuais para alterar as perspectivas e estilos de vida da humanidade.

Criar clubes e grupos de estudo em todas as escolas para a utilização consciente dos recursos naturais, encorajando a educação ambiental por meio de jogos educativos, filmes, palestras, teatros.

7. ***Fomentar o consumo adequado e a política dos 5R (refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) por meio da propaganda informativa, adotando tal política para a vida cotidiana e assim constituindo sociedades e estilos de vida sustentáveis.***

Criar organizações não-governamentais pelo meio ambiente que estimulem práticas relativas aos 5R e fomentem centros ecológicos, mobilizações, publicidade e feiras de troca.

Usar meios de comunicação como sites e blogs para publicar ideias, compartilhar vídeos, revistas e músicas, a fim de criar redes ambientais que realizem atividades ecológicas, fortalecendo a educação ambiental.

Boicotar produtos que são prejudiciais para o ambiente ou não respeitem direitos fundamentais dos seres humanos.

Promover o aprendizado prático e interativo, que ensine as pessoas sobre o meio ambiente e permita que se divirtam enquanto aprendem.

8. ***Reduzir o uso de energias impactantes, conscientizando e mobilizando a sociedade sobre o uso de meios de transporte ecológicos, respeitando as mudanças que essas novas atitudes trarão.***

Convidar as sociedades por meio de oficinas didáticas e artísticas, dos meios de comunicação e do diálogo permanente com as pessoas para que conheçam os efeitos negativos das emissões de gás carbônico e usem energias renováveis e meios de transporte alternativos, tais como bicicletas, patins, patinetes e skates.

Pressionar nossos governos para que invistam em tecnologias limpas.

Criar e difundir páginas da Internet que ajudem os motoristas a se organizarem para dar carona quando estiverem indo para o mesmo lugar.

Estimular a população a usar filtros nos automóveis apontando os danos das emissões de gás carbônico.

Promover o Dia Mundial Sem Carros, pressionando o governo para que multe quem use carros neste dia e a dar continuidade a esse projeto a longo prazo por meio de subsídios para automóveis ecológicos e públicos.

9. ***Implementar perspectivas e valores ambientais, melhorando o ponto de vista das pessoas para estimular uma cidadania ativa.***

Desenvolver uma cultura ecológica por meio de práticas deeducomunicação e da arte para estimular novas ideias de sustentabilidade.

Criar campanhas informativas em todos os meios de comunicação, como jornais, rádio, TV, Internet, para estimular as pessoas por meio de exemplos práticos a tomar atitudes positivas e a utilizar produtos ecológicos.

Hoje, jovens e adultos de todas as partes do mundo presentes nesta Conferência, reconhecemos e aceitamos que todos somos e seremos responsáveis pelo que acontece em nossa amada Terra.

Somos de diferentes países e de diferentes culturas e, ainda que separados por oceanos e continentes,

somos todos um, unidos por um objetivo comum: cuidar do Planeta!

Para isso necessitamos da minha ajuda, da sua ajuda e da de todos.

Precisamos agir agora e começar a partir de nossas casas, nossas escolas, porque cuidando de nós mesmos estaremos cuidando de toda a humanidade e provando que o ser humano não é o que diz e sim o que faz.

Junte-se a nós!

Assine esta Carta no endereço: http://www.vamoscuidardoplaneta.net (Brasília, 10 de junho de 2010)

Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis

IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

À Senhora Presidenta do Brasil, Dilma Roussef

Nós, adolescentes e jovens, delegados da 4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, viemos visitar a senhora e entregar um PRESENTE SUSTENTÁVEL. Trazemos nesta caixa 108 projetos para Escolas Sustentáveis, representando os 26 estados e o Distrito Federal. É um sonho que sonhamos junto com muita gente: são quase 18 mil escolas, mais de 3 mil municípios do Brasil e quase 9 milhões de pessoas. Pra nós, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra, tudo a favor de uma vida boa e um ambiente legal para todos, incluindo nós, os seus netos e futuros bisnetos.

Nas outras Conferências, desde 2003, nossos amigos e amigas assumiram responsabilidades junto com o presidente Lula. Nesta 4ª Conferência viemos fazer uma pergunta: "o que podemos fazer juntos que não conseguiríamos fazer sem a senhora?" Queremos assumir um compromisso com a senhora e os seus ministros: Vamos fazer a nossa escola ser mais saudável e legal com o meio ambiente, pra ser um lugar bom de aprender e ensinar uma nova lição: cuidar e mudar a nossa cidade, o Brasil e o mundo.

Luziânia, Goiás, 26 de novembro de 2013

Carta do Órgão Gestor da PNEA – 4ª CNIJMA

Excelentíssima Presidenta Dilma,

Neste momento em que juventude e sustentabilidade estão em destaque no Brasil, viemos entregar-lhe um presente. São 108 projetos das 27 unidades federativas, que representam sonhos e esforços de 17.457 escolas de 3.554 municípios brasileiros que, durante 2013, mobilizaram cerca de 9 milhões de pessoas. É um rico processo pedagógico voltado a dar voz à juventude e aos demais integrantes da comunidade escolar, por qualidade de vida e do ambiente.

Se nas Conferências anteriores as escolas assumiram responsabilidades, compartilhadas com o

presidente Lula, a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente pode representar um passo adiante nos esforços para cuidar do Brasil. É uma iniciativa que visa tratar a educação ambiental de forma mais criativa, com ações concretas capazes de tornar as escolas mais saudáveis, acolhedoras; um lugar de transformação onde se exerce o prazer de produzir e disseminar conhecimentos significativos para a vida de suas comunidades no enfrentamento das mudanças ambientais globais.

Nesta fase nacional da Conferência, prosseguimos com o jogo de cooperação iniciado nas escolas. As pessoas aqui presentes estão imbuídas do espírito de fazer contatos e contratos, buscando responder à questão: "o que podemos fazer juntos que não conseguiríamos fazer isoladamente?".

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental foi instituído pela Lei n. 9.795/1999, sendo regulamentado pelo Decreto 4.281/2002, e implantado por estes ministérios, em junho de 2003. É fundamental que este órgão tenha condições de propiciar apoio efetivo ao processo de tornar sustentáveis as escolas de todo o País.

O Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente e o Programa Nacional Escolas Sustentáveis, em fase final de concepção, são iniciativas que envolvem diversos ministérios e nascem desses anseios de mudança. Constituem respostas concretas de apoio do Governo Federal à transição para a sustentabilidade nas escolas e nas comunidades das quais fazem parte.

Estamos trabalhando para tornar esses programas permanentes, e contamos com a sua iniciativa para convertê-los em ação de Estado, por meio de decreto presidencial. Assim, nas próximas conferências, estaremos juntos celebrando a transformação desses sonhos de milhões em realidade nacional.

Ministério da Educação
Ministério do Meio Ambiente

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

LINHA DO TEMPO DA CNIJMA (2003-2018)



Apoio:

Órgão Gestor da PNEA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO